



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 8ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 16 DE ABRIL DE 2024

ATA Nº. 9 / 2024

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. APROVAÇÃO DE ATAS
 - 3.2.1. ATA DA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DEZANOVE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO – ATA NÚMERO SETE, DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO
 - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
 - 3.3. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.4. SR. DEPUTADO EDNILSON SANTOS (IN-OV)
 - 3.5. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.6. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
 - 3.7. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.8. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
 - 3.9. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
 - 3.10. SR. DEPUTADO EDNILSON SANTOS (IN-OV)
 - 3.11. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.12. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.13. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
 - 3.14. SRª. PRESIDENTE DA A.M.

- 3.15. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD) - PONTO DE ORDEM À MESA
- 3.16. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.17. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.18. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV)
- 3.19. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 3.20. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV)
- 3.21. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO) - PROTESTO
- 3.22. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.23. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.24. SR^a. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 3.25. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE OEIRAS RELATIVO AO ANO DE 2023 - APRECIADO
- 4.2. APRECIACÃO DA PROPOSTA CMO N.º 121/2024 – GMA – RELATIVA AOS RELATÓRIOS E CONTAS DO 2.º TRIMESTRE E 1.º SEMESTRE DE 2023, DA OEIRAS VIVA, E.M. - APRECIADA
- 4.3. APRECIACÃO DA PROPOSTA CMO N.º 122/2024 – GMA – RELATIVA AO RELATÓRIO DO 3.º TRIMESTRE DE 2023, DA OEIRAS VIVA, E.M. - APRECIADA
- 4.4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 201/2024 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA À 4.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA (4.ª REVISÃO) ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR) REFERENTE AO ORÇAMENTO PLURIANUAL
- 4.4.1. VOTAÇÃO
- 4.5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 203/2024 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

DMOTDU/DPERU/DRU – RELATIVA AO PROC.º 48/2001 – OPERAÇÃO DE
LOTEAMENTO DO ARTIGO 24.º – EDITERRA, CASAL DA CHOCA - RETIRADA

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
6. SR.ª. PRESIDENTE DA A.M.
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <i>Unanimidade</i>			
Q 07-05-24			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	13		
PS	4		
PSD	2		
EO	3		
CDU	1		
IL	1		
CH	1		
PÂN	1		
INOVAR ALGÊS	—		
INOVAR BARCARENA	1		
INOVAR CHARNANDE QUEIJAS	1		
INOVAR OEIRAS PAÇO DE ARCOS CAZIAS	—		
INOVAR PORTO SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

-----ATA DA 8ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 16 DE ABRIL DE 2024

----- ATA Nº. 9 / 2024 -----

----- Aos dezasseis dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segunda Secretária a Senhora Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, em substituição do Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio.-----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e vinte minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Oitava Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e dois Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Maria da Glória

Fernandes Sarmiento, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, João Rafael Marques Santos, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d'Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal. -----

-----Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues e Diana Leonor Alves Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé e Acácio Silva de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira, do Partido Socialista e Maria da Glória Fernandes Sarmiento, do Partido Social Democrata. -----

-----Faltou Senhor Deputado Nuno Miguel de Oliveira Custódio, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, tendo a Mesa justificado a respetiva falta. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte e Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação da Proposta CMO N.º 121/2024 – GMA – relativa aos Relatórios e Contas do 2.º Trimestre e 1.º Semestre de 2023, da Oeiras Viva, E.M.;-----
2. Apreciação da Proposta CMO N.º 122/2024 – GMA – relativa ao Relatório do 3.º Trimestre de 2023, da Oeiras Viva, E.M.;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 201/2024 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à 4.ª Alteração Modificativa (4.ª Revisão) às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) referente ao Orçamento Plurianual;-----

4. Apreciação do Relatório de Avaliação das Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras relativo ao ano de 2023; -----

5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 203/2024 – DMOTDU/DPERU/DRU – relativa ao Proc.º 48/2001 – Operação de Loteamento do Artigo 24.º – Editerra, Casal da Choca.-----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte:-----

----- “Boa tarde. Uma boa tarde a todos os presentes e a quem nos acompanha também online.-----

----- Vou pedir o favor de ser feita a chamada. Hoje temos aqui a colaborar na Mesa a nossa colega Isabel Lourenço (IN-OV), em substituição do Nuno Custódio (IN-OV), que à última da hora não pôde vir à reunião.”-----

3.2. APROVAÇÃO DE ATAS-----

3.2.1. Ata da Sexta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a dezanove de março de dois mil e vinte e quatro – Ata número sete, de dois mil e vinte e quatro

3.2.1.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e seis votos a favor, sendo doze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Acácio Silva de

Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmiento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Os Senhores Deputados Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, António Rita Martins Caro e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Francisco O'Neill Marques, do Partido Chega, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

3.3. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Não entrou nenhum documento na Mesa para o Período Antes da Ordem do Dia. Pergunto: quem dos senhores deputados pretende usar da palavra neste Período Antes da Ordem do Dia? Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV), Senhor Deputado João Santos (CDU). Quem mais pretende usar da palavra neste Período Antes da Ordem do Dia? Mónica Albuquerque (EO)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e Anabela Brito (IL). Sílvia Marques (PAN). Ora bem, eu tenho inscritos os Senhores Deputados Ednilson Santos (IN-OV), João Santos (CDU), Mónica Albuquerque (EO), Anabela Brito (IL) e Sílvia Marques (PAN). Mais alguém que eu não tenha visto? Vamos então, Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV), faça favor, tem a palavra.” -----

3.4. O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Antes de mais, muito boa tarde. Boa tarde Excelência Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-Presidente em substituição do Presidente da Câmara Municipal, caríssimos colegas Deputados, público que nos assiste em casa, senhoras que dão apoio aqui na Assembleia.-----

----- Hoje eu estou aqui para falar de um evento que aconteceu recentemente, que foi no dia vinte e um de março. Um evento extremamente importante relativamente a uma matéria que nós já debatemos muitas vezes aqui na Assembleia. Mas como muitas vezes esta matéria não foi, em parte, uma matéria que as pessoas aceitaram de bom agrado, sempre com alguma, não diria desconfiança, mas com alguma reserva, hoje eu queria falar desta matéria de uma forma clara e sem qualquer margem de dúvida, relativamente à política que nós temos estado a desenvolver aqui no nosso Concelho. -----

----- Estou a falar da última conferência que foi da iniciativa da ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais), da qual, em primeiro lugar, eu tenho que saudar e parabenizar a nossa Senhora Presidente da Assembleia, que é a Senhora Vice-Presidente da Associação, que fez um bom trabalho, na medida em que trouxe essa iniciativa para o nosso Concelho. E o nosso Concelho, como é um concelho piloto nesta matéria da cooperação descentralizada, eu acho que não podia ter melhor acolhimento, se posso assim dizer, dos membros aqui da Assembleia e do Executivo.-----

----- Mas o mais importante é que nós neste dia, no dia vinte e um, Oeiras foi o centro da cooperação descentralizada. Não é só de uma forma, como nós costumamos dizer, que Oeiras é

número um em tudo, mas também Oeiras é número um na cooperação descentralizada. Quem está mais atento relativamente a esta matéria, sabe que quando se fala da política de cooperação descentralizada, Oeiras desde os anos oitenta e o Presidente Doutor Isaltino Morais nesta conferência, que deu uma aula magna relativamente a esta matéria, falou muito bem da comparação do Município de Oeiras com as outras câmaras que temos geminação. Começou (e bem) a falar desde a primeira geminação com a cidade de Mindelo – estamos a falar da Câmara Municipal de São Vicente, Cabo Verde, depois Guiné Bissau. Mas aquilo que é importante dizer aqui, é que não é de hoje, eu tenho enorme orgulho em falar nesta matéria, porque nós, efetivamente, o Município de Oeiras e nós aqui como deputados municipais, devíamos também ter orgulho de saber que nós estamos num Município onde o trabalho que é desenvolvido aqui, tem um reflexo real na vida das pessoas nesses países. Nós podemos falar desde a construção de liceu, que neste momento é uma matéria que está, de facto, a acontecer na Ilha do Príncipe, a construção de polidesportivo em São Vicente, apoio de várias escolas e também de equipamentos de saúde para a Guiné Bissau, desde ambulância, viaturas. Também Moçambique, desde a primeira hora, que infelizmente todos nós já acompanhámos aqui, o ciclone que aconteceu em Moçambique, Oeiras sempre apoiou em todos os níveis. Angola através da geminação que temos com Benguela, também sempre apoiou.-----

-----E quem esteve presente nesta conferência, percebeu efetivamente a mensagem do Senhor Presidente no que concerne a essa política da cooperação aqui no nosso Concelho. Por isso, eu não podia nunca deixar de falar de uma forma orgulhosa, não é, deste evento, mais uma vez que a Senhora Presidente, em representação de todos os deputados municipais, temos que agradecer, porque ainda bem que aconteceu e a Senhora Presidente, o Presidente da Associação congratulou a iniciativa da Senhora Presidente, porque a Senhora Presidente também desde a primeira hora sempre fez tudo para trazer este evento aqui. Por isso, nós como deputados municipais, na pessoa da Senhora Presidente, só temos que agradecer e muito obrigado, por trazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

essa iniciativa aqui para Oeiras porque Oeiras sim, é o centro da cooperação descentralizada, é um modelo, é um exemplo a seguir da cooperação descentralizada. E quem conhece esta matéria sabe que trabalhar para Oeiras ajuda Portugal, ajuda Portugal no índice da OCDE e quem trabalha nesta matéria sabe a importância disto para os países que têm dificuldade em desenvolver.-----

----- Muito obrigado e é com orgulho que eu falo sobre esta matéria.” -----

3.5. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Quería agradecer-lhe as palavras simpáticas que me dirigiu. Na realidade, esse encontro foi uma proposta da Associação Nacional das Assembleias Municipais que nós, que eu me disponibilizei a acolher e a apoiar aqui em Oeiras. Tivemos o apoio do Município e foi com gosto que pudemos falar de um projeto que realmente, como disse, é muito caro à Câmara de Oeiras, que é a cooperação descentralizada. Nós teremos sido dos primeiros municípios a fazer acordos de geminação e temos, na realidade, vários acordos de geminação, sobretudo com os países de expressão portuguesa.-----

----- Correu bastante bem esse encontro e foi pena que não tivesse havido uma maior participação da parte dos senhores deputados, mas enfim, como foi durante a semana, esteve quem pôde e pôde acompanhar essa Sessão. -----

----- Muito obrigada pelas suas palavras, eu irei participar à ANAM realmente o reconhecimento da Assembleia Municipal de Oeiras. -----

----- Dava a palavra agora ao Senhor Deputado João Santos (CDU). Faça favor.” -----

3.6. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) observou o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Os meus cumprimentos e uma boa tarde a todos, à Mesa, à Câmara Municipal, a todos os Deputados, público que nos assiste.-----

----- Apenas uma intervenção no sentido de saudar a Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, aqui representado pelo Senhor Vice-Presidente, relativamente ao

acolhimento da proposta que fizemos na última Assembleia, relativamente ao ajuste das datas de comemoração dos cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril que, de facto, mereceu o compromisso do Senhor Presidente na semana passada e que já conseguimos ver, a partir de materiais de divulgação que entretanto já estão atualizados, da nova data, ou seja, a celebração também, ou a extensão da celebração até aos cinquenta anos da Constituição de mil novecentos e setenta e seis.

-----Portanto compromisso assumido, compromisso também cumprido. Naquilo que for possível ajudar e contribuir para a celebração desse período adicional e desse momento que também nos une aqui na Assembleia, ou seja, esta construção de um poder local consagrado na Constituição de Abril cá estaremos e, portanto, o reconhecimento devido e os nossos parabéns.--

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faça favor.”-----

3.7. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte: -----

-----“Boa tarde Senhora Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e também quem nos assiste à distância.-----

-----Antes de fazer a minha intervenção não podia deixar de comentar a intervenção do Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) e da própria Senhora Presidente, e saber, depois desta reunião descentralizada e das intervenções que aqui ouvi, se já sabem responder ao requerimento que a Evoluir Oeiras colocou em novembro do ano passado (e, portanto, já está a fazer seis meses), sobre o facto de nenhuma das geminações do Município ter sido aprovada para esta Assembleia, a quem compete aprovar os acordos de geminação. Portanto, saber se em relação a isso (que até o Senhor Vice-Presidente numa das reuniões do mês passado acabou por dar razão ao Evoluir Oeiras), saber se já há algum desenvolvimento quanto a esta matéria. -----

-----Quanto ao assunto que pedi para intervir. No final de setembro de dois mil e vinte e dois a Evoluir Oeiras organizou uma ação de limpeza na praia, no âmbito da Semana de Limpeza



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Costeira. Nesta atividade foram detetados muito resíduos de fibrocimento na zona costeira entre a Cruz Quebrada e o Dafundo, no Concelho de Oeiras, incluindo na praia da Cruz Quebrada, que muita gente usa para zona balnear. -----

----- Entendemos que esta é uma questão que merece a atenção das autoridades, e em defesa do bem-estar e da saúde da população. Os edifícios da fábrica que se localiza neste local estão a degradar-se e ao abandono, e os resíduos estão a contaminar a zona costeira, sujeitando os banhistas ao contacto com placas de fibrocimento partidas e possível inalação de fibras de amianto que são cancerígenas. -----

----- Perante a situação detetada na altura, a Vereadora Independente da Coligação Evoluir Oeiras Carla Castelo fez a participação ao Município e solicitou a intervenção da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo na avaliação dos riscos de saúde pública e da existência destas partículas, destes resíduos de fibrocimento da fábrica Lusalite, que se encontram então na zona costeira. Alertou também a Inspeção-Geral do Ambiente, Mar e Ordenamento do Território e a Agência Portuguesa do Ambiente. -----

----- No dia vinte e oito do nove de dois mil e vinte e dois a Vereadora Carla Castelo fez um requerimento oral na reunião de Câmara de Oeiras, para que:-----

----- Primeiro. Em conjunto com as demais autoridades ambientais e de saúde pública a Câmara avaliasse a situação no terreno, nomeadamente a origem destes resíduos, e que promovesse também a limpeza dos terrenos nas praias da Cruz Quebrada e ao longo da ciclovia até ao Dafundo (pedo ciclovia). -----

----- E também que intimasse o proprietário dos terrenos da antiga Lusalite a fazer as demolições, limpeza e descontaminação dos terrenos, como lhe diz respeito. -----

----- O Presidente da Câmara respondeu na altura que não tinha base legal para intimar o proprietário para limpar por não haver perigo. Já a Divisão de Gestão Ambiental do Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida da própria Câmara Municipal, em resposta a esta participação,

comunicou que iria solicitar a análise dos resíduos de fibrocimento por entidade especializada e solicitar a possibilidade de remoção.-----

-----No dia sete de outubro de dois mil e vinte e dois o IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território) indicou que a Câmara Municipal é competente em matéria do estado de conservação do edificado e solicitou à Câmara Municipal a averiguação desta situação e a atuação em conformidade no âmbito das respetivas competências, de modo a que fosse possível a remoção e envio para destino autorizado dos resíduos em causa e que podiam pôr em causa a saúde pública.-----

-----O Município deve por razões de saúde pública então, remover, às suas custas, o material e imputá-los depois ao proprietário.-----

-----Também a Delegada de Saúde em outubro de dois mil e vinte e dois indica que o aspeto exterior das instalações da Lusalite está mais degradado, afirmando que são necessários estudos laboratoriais das peças de amianto no interior destes edifícios, estudos do solo e da qualidade do ar nas redondezas.-----

-----Em fevereiro de dois mil e vinte e três questionámos a Comissão de Saúde nesta Assembleia (que ainda existia na altura essa Comissão) e foi indicado que o Município se encontrava em fase final de procedimento concursal para a realização de análises então a estas fibras de amianto.-----

-----A oito de março de dois mil e vinte e três (há um mês atrás), existe finalmente um relatório que indica a presença de fibrocimento com fibras de amianto do tipo crisólito nas duas praias que referimos: Cruz Quebrada e Dafundo.-----

-----A fim de verificar qual o procedimento de retirada dos resíduos, é agendada então uma nova visita em janeiro, com entidade externa (um ano depois).-----

-----Senhor Vice-Presidente, finalmente as questões. Passaram quase dois anos sobre esta denúncia de uma situação que claramente configura ser de risco de saúde pública e por isso eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

questiono: -----

----- O que resultou desta segunda visita em janeiro de dois mil e vinte quatro? Quais são os resultados destas novas amostras de resíduos de fibrocimento encontrados na zona do areal, dado que era previsto serem conhecidos a quinze de fevereiro, como diz o próprio relatório? -----

----- Segundo. Para quando prevê a Câmara Municipal resolver esta situação definitivamente, descontaminando o local e poupando os cidadãos do contacto com o amianto nas praias? -----

----- Para quando a notificação do proprietário da antiga Lusalite para limpeza do local em degradação? -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faça favor.” -----

3.8. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente e cumprimento todos os presentes na sua pessoa. -----

----- Hoje aproveito este tempo que me é disponibilizado para vos falar sobre a Escola Nossa Senhora do Cabo. A Escola Nossa Senhora do Cabo foi fundada no ano de mil novecentos e setenta e sete, pela iniciativa de um conjunto de encarregados de educação. No ano oitenta e sete/oitenta e oito a escola passou a dar a possibilidade aos alunos de frequentar a área vocacional da música, em regime articulado. A Escola Nossa Senhora do Cabo tem vindo a crescer, fruto de um grande empenho de toda a comunidade educativa e do forte espírito de equipa de cada departamento, sentido crítico, cooperação e reflexão sobre a escola e o ensino artístico.-----

----- No passado dia onze tive a oportunidade de assistir a um concerto dado por esta escola, que intitularam: “A cantar a revolução”. Este concerto tinha por base ou tem por base a comemoração dos cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril. Foi um concerto que encheu a aula

magna e contou com a participação do coro da escola, a orquestra da mesma e uma convidada, uma artista de nome Maro, que está em franca ascensão e que fez todo o seu percurso artístico naquela escola. Ora bem, de salientar também que este coro, o coro da Escola Nossa Senhora do Cabo tem sido convidado por várias fundações e para se apresentar em várias situações. A escola em si é reconhecida como uma das melhores entre os seus pares.-----

-----Vendo o programa das nossas comemorações do Vinte e Cinco de Abril aqui em Oeiras, é com perplexidade que não vejo nenhuma participação desta escola no programa de comemorações. Não entendemos porquê e não percebemos como é que chamamos artistas que não fazem parte do Concelho (mas não temos nada contra), mas porque é que também não procuramos que aqueles que fazem parte do nosso Concelho e que têm valor, tenham uma participação ativa em todas estas atividades. -----

-----Obrigada. Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN), faça favor.”-----

3.9. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Boa tarde Senhora Presidente, muito boa tarde a todos os presentes e a quem nos assiste. -----

-----Os temas que eu vou falar hoje são todos do conhecimento da Câmara, através de ocorrências feitas por munícipes, quer através do portal “O meu bairro”, quer por e-mail diretos para a Câmara.-----

-----Um dos temas prende-se com o estacionamento abusivo, pessoas que denunciam várias vezes carros parados em estacionamento abusivo e que passado muitos meses e até um ano, os veículos continuam no mesmo local. Num concelho como Oeiras, que se queixa de falta de estacionamento, acho que era um tema a que se devia dar alguma atenção, entre outros motivos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Outras ocorrências que também existiram prendem-se com a colocação de ecopontos. O munícipe em questão diz que no Largo do Murganhal tem já duas ocorrências, uma em maio do ano passado e outra em agosto. A situação ficou prometida ser resolvida até final de dois mil e vinte e três (ecopontos de plástico e de papel) e até agora, não houve nenhum desenvolvimento. -

----- Também no Murganhal, fala-se relativamente a uma intervenção urgente, quer a nível de limpeza, quer a nível de conforto em relação à colónia de gatos lá existente. Pede-se a limpeza do terreno e a colocação no Murganhal, mais propriamente na Rua da Cova Funda, de abrigos como existem já noutros locais do Concelho.-----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) tinha pedido de novo a palavra. Faça favor.”-----

3.10. O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) observou o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Não, era só... Ainda bem, porque, como eu disse, preparei aqui um bocado sobre esta matéria da cooperação descentralizada. Depois da intervenção da Deputada Mónica Albuquerque (EO), que vem mais uma vez aqui falar da cooperação descentralizada, como se o Município de Oeiras começasse a tratar deste assunto ontem, não é? O Município de Oeiras, como eu disse, trata desta matéria desde mil novecentos e oitenta e oito.-----

----- Isto não começou com o Evoluir Oeiras, não é? Não começou há dois anos, nem há três. Por isso, se não começou há dois anos, nem há três, eu vou só falar um pouco da nossa relação com os países, principalmente da CPLP, em especial países de expressão da língua portuguesa. --

----- O primeiro acordo de geminação..., e é importante falar aqui da diferença entre “acordo de geminação” e “acordo de cooperação”, porque a Deputada Mónica (EO) quando fala disto, quem está em casa a assistir, pensa que é tudo igual, pensa que nós estamos a falar... Peço desculpa,

com sua permissão, a Deputada Mónica (EO) quando estava a falar eu ouvi com atenção, agora não sei qual é que é a dificuldade em me ouvir. Nós temos que saber diferenciar as coisas, temos que aprender a diferenciar as coisas. “Acordo de cooperação” não tem nada a ver com “acordo de geminação”. Por isso, acordo de cooperação é da competência exclusiva do Executivo Municipal. Cabe sim, à Câmara Municipal, aprovar o acordo de cooperação. Acordo de geminação..., a Deputada Mónica (EO) sabe quando.... Posso? Posso? Obrigado. Está um bocado nervosa.”-----

3.11. A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, não pode fazer perguntas...”-----

-----O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) disse o seguinte:-----

-----“Peço desculpa, peço desculpa, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: --

-----“... não, mas deixe-me explicar, à Senhora Deputada Mónica (EO) porque ela não lhe pode responder, que ela já não tem tempo de intervenção.”-----

-----O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) observou o seguinte:-----

-----“Muito bem, ainda bem.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: --

-----“Resulta que depois é desagradável...”-----

-----O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) observou o seguinte:-----

-----“Ainda bem, ainda bem, mas obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

-----“É só por isso.”-----

-----O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:- -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----Só para concluir, o último acordo de geminação que foi celebrado aqui pelo Executivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal foi em dois mil e um, com o Governo Regional de Quinhamel, o último acordo de geminação. Por isso... E, depois, eu tenho aqui as datas. Em dois mil e um foi com Quinhamel; em noventa e sete foi com São Tomé e Príncipe, com o Governo Regional do Príncipe; depois em oitenta e oito foi com São Vicente; em noventa e nove foi com Inhambane, Moçambique; em noventa e sete foi com Benguela, Angola; em oitenta e nove foi com Piauí, do Brasil. -----

----- Por isso, nós não começámos a fazer isso ontem. Toda esta matéria que a Deputada Mónica (EO) acabou de solicitar eu entendo e confio na boa-fé do nosso Executivo, e desde sempre que todos esses acordos foram respeitados, no âmbito daquilo que diz a lei. E, na altura, eu acredito que foi submetida à apreciação da Assembleia e foi aprovada na Assembleia. Eu gostava que a pessoa que vem dizer que não foi, que apresentasse a prova em contrário, a dizer que não foi. Eu tenho a certeza que foi, porque eu tenho os dados aqui.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faça favor.”-----

3.12. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Depois queria fazer uma interpelação do Regimento.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faça favor.”-----

3.13. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores.-----

----- O Setor Empresarial Local é um instrumento de afirmação e de concretização das políticas do Município.-----

----- Aproveitando as especificidades de uma gestão empresarial, embora consolidando

para o perímetro financeiro da Autarquia, as Empresas Municipais permitem flexibilidade e capacidade operativa que não se alcança na gestão diária da Administração Municipal. -----

-----As virtualidades deste modelo de gestão residem sobretudo na especialização do seu negócio, dirigido para, e focado em áreas específicas das atribuições e competências dos Municípios. -----

-----Neste contexto, a celebração de Contratos-Programa entre o Município e as Empresas Municipais afigura-se como o mais importante instrumento de gestão para se atingir os objetivos que o Município considera como essenciais na concretização das políticas públicas do Município. Contudo, os Contratos-Programa só serão eficazes, se corresponderem com realismo ao que se pretende de cada uma das Empresas Municipais e se, a sua contratualização, ocorrer em devido tempo, para que dele se obtenham resultados no ano económico a que se aplicam. -----

-----No Município de Oeiras, assiste-se a diferentes critérios quanto ao momento de celebração de Contratos-Programa, como se o objeto de cada Empresa Municipal se sobrepusesse à oportunidade e à relevância desse ato, e como se a celebração tardia destes Instrumentos de Gestão, não impactasse negativamente nas medidas de gestão pensadas pelas suas Administrações. A Parques Tejo, por exemplo, beneficia de um estatuto que lhe garante a celebração de Contratos-Programa no início de cada exercício orçamental!-----

-----A Oeiras Viva, por sua vez, tem de penar, muitas vezes três trimestres, ou mais, para receber as contrapartidas financeiras devidas, que decorrem do Serviço Público prestado, em nome do Município.-----

-----Já quanto à Município, e apesar de se tratar de uma Sociedade Anónima de capital pertencente à Administração Pública Local, onde o Município de Oeiras é o principal acionista, há quem sustente - pasme-se - a impossibilidade de celebração de Contratos-Programa entre as duas Entidades. - -----

-----Senhora Presidente, -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Partido Socialista reafirma, mais uma vez, a urgência na celebração atempada entre o Município e o Setor Empresarial Local de Contratos-Programa eficazes, economicamente adequados e capazes de garantir mais e melhor serviço público, em resposta às necessidades dos oeirenses. - -----

----- Só assim se garante o objeto social da Oeiras Viva, na promoção e gestão de espaços e equipamentos sociais, desportivos e de lazer ou a prestação de serviços nas áreas da cultura, do desporto e do lazer, sem esquecer a vocação social que tem, para a população mais pobre. -----

----- Só assim se garante que a Municíпия possa sobreviver e que se afirme como importante instrumento de suporte às atividades do Município, dotando-o do conhecimento e da informação cartográfica que carece, na instrução exata e correta dos seus processos, poupando-se “figurinhas tristes” como aquelas a que assistimos na reunião desta Assembleia no passado dia dezanove de março, na votação da proposta de recomendação que então aqui o Partido Socialista apresentou. -

----- Muito obrigado.”-----

3.14. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- “Senhora Deputada, a Senhora não tem tempo, desculpe, não tem tempo de intervenção. Qual é...?” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu quero fazer uma interpelação à Mesa, para invocação do Regimento, ao abrigo do artigo cinquenta e tenho três minutos para o fazer.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Exatamente. O artigo cinquenta...” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** perguntou o seguinte: -----

----- “Exatamente. Posso?”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

-----“O artigo... Não, não pode. Eu vou-lhe ler, a Senhora tem o artigo cinquenta e no artigo cinquenta nada diz que a Senhora pode usar da palavra.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, ao abrigo do artigo cinquenta, os deputados podem interpelar a Mesa, para invocação do Regimento, e é isso que eu pretendo fazer neste ponto.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Mas o que é que a Senhora vai invocar do Regimento?”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** perguntou o seguinte: -----

-----“Posso então fazer a interpelação?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

-----“Não, não. O que é que vai...”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Sim, sim.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Desculpe. Nós todos sabemos ler, e o que diz o artigo cinquenta...”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Certo. Então, a Senhora Presidente pode então ler o artigo cinquenta a que se diz...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“O que diz o artigo cinquenta? Eu leio. O ponto um: “o deputado municipal que pedir a palavra para invocar o regimento deve indicar a norma aplicável, fazendo as considerações indispensáveis para o efeito.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** perguntou o seguinte: -----

-----“Posso, então?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Chega? Qual é a norma aplicável?”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) respondeu o seguinte:-----

----- “Eu quero invocar o Regimento em relação ao artigo cinco: “competências da assembleia municipal”. Posso fazê-lo?”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Artigo cinco? Não, desculpe, deixe-me ver.”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) observou o seguinte:-----

----- “Se quiser ser a Senhora Presidente a ler, não me importo nada que seja a Senhora Presidente a ler. Eu digo-lhe o que é que tem que ler e a Senhora Presidente lê. Se não quiser que faça eu... Era mais rápido se fosse eu fazê-lo.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

----- “O artigo cinco? Alínea?”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) respondeu o seguinte:-----

----- “O artigo cinco, número quatro, alínea t). “t” de “tudo”.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- ““t” de “tudo”.”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte:-----

----- “Isso. E gostaria que a Senhora Presidente então fizesse o favor de ler...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. leu o seguinte:-----

----- “Autorizar as geminações...”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte:-----

----- “Não, não. Leia tudo. Leia “competências”, o que diz o artigo, o que diz o número e o que diz a alínea porque, pelos vistos...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, olhe, terminamos já aqui, porque...”-----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) perguntou o seguinte:-----

-----“Sim, Senhora Presidente, então posso fazer a invocação do Regimento?” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“... porque o que diz a alínea t) é: “autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas, de outros países”. -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte: -----

-----“Exatamente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Pronto.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte: -----

-----“Pronto e, portanto...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Não há assunto para discutir.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte: -----

-----“Oh Senhora Presidente...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Não, faz favor, desculpe...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“É óbvio que o Senhor Deputado...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Não use da palavra, porque eu não lhe dei a palavra...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, os deputados podem invocar o Regimento e a Senhora Presidente está a ir contra o Regimento, eu tenho três minutos para invocar o Regimento.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Faz favor..., não tem, não senhor.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

----- “Tenho sim.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Não tem, não senhor.” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

----- “Tenho sim.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Não tem, não senhor.” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

----- “Tenho.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Não lhe vou dar a palavra, a Senhora...” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu sou deputada municipal...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Eu tiro-lhe a palavra e desligo-lhe o microfone. Pronto. Quer assim?” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) respondeu o seguinte: -----

----- “Eu querer, não quero.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Não, mas tem que ser.” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) observou o seguinte: -----

----- “A Senhora Presidente é que está a fazê-lo e está a fazê-lo já.” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, Senhora Presidente...”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Estou a fazê-lo já...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Sim, o microfone foi cortado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Estou a fazê-lo já...” -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Ponto de Ordem à Mesa por favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** repetiu o seguinte:-----

-----“Sim, o microfone foi cortado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Estou a fazê-lo já porque a Senhora não está a cumprir as orientações...”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** observou o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, eu estou a cumprir o Regimento. O Regimento, que é as regras desta Casa.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Oh Senhora Deputada, se faz favor deixa de falar? Eu não lhe dei a palavra e não lhe vou dar. O Regimento não diz que a Senhora pode usar da palavra. A Senhora terminou o seu tempo, e se quer fazer interpelações à Mesa, é de atos cometidos pela Mesa. Acabou. Vamos continuar... Não vai usar da palavra.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** concluiu dizendo o seguinte: ---

-----“Eu pedi para invocar o Regimento, não é a Mesa. Não é uma interpelação à Mesa para o comportamento da Mesa, são coisas distintas no nosso Regimento. Fica registado, Senhora Presidente. Fica registado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** concluiu dizendo o seguinte:-----

-----“Fica registado, fica registado que eu não lhe dei a palavra, que a Senhora já terminou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

o seu tempo de intervenção, e que está a tentar usar subterfúgios para continuar no uso da palavra. Não lhe dou a palavra. Não lhe dou a palavra. Alguém mais pretende usar da palavra?”-----

3.15. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez o seguinte Ponto de Ordem à Mesa: -----

----- “Senhora Presidente, é um Ponto de Ordem à Mesa. -----

----- Eu acabei agora de entrar...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Quem é que está a falar?” -----

----- O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** respondeu o seguinte: -----

----- “Jorge Pracana (PSD), desculpe.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD).” -----

----- O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -- -----

----- “Eu acabei agora de entrar e deparou-se-me este diálogo sui generis, e eu gostava que a Senhora Deputada do Evoluir, de uma vez por todas, olhasse para o Regimento. A questão é muito simples: a Mesa, na pessoa de Vossa Excelência, tomou uma decisão. Ponto final. E a Senhora Deputada tem meios para impugnar a decisão: faz um recurso para a Assembleia dessa decisão. A Senhora Deputada não recorreu e limita-se a aferir e a colocar algumas questões de interpretação e, portanto, cabe à Assembleia decidir se tem ou não razão. -----

----- Portanto se, de facto a Senhora Deputada está descontente com a decisão da Mesa, que não pareça razoável, tem um instrumento à sua..., não vale a pena estar aqui a dialogar. É o meu entendimento, e queria deixar isto claro aqui para que, de futuro, os senhores deputados, invocando o Regimento, que o invoquem adequadamente. -----

----- Disse.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado António Moita (IN-OV), faça favor. -----

-----Desculpe, ou um dos dois, tenho os dois inscritos.”-----

3.16. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, muito simples. Eu prescindo da palavra, porque aquilo que eu queria dizer acabou de ser dito pelo Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD).”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Deputado António Moita (IN-OV).” -----

3.17. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) interveio e disse o seguinte: ---

-----“Senhora Presidente, ainda sobre este assunto, se o Deputado António Moita (IN-OV) Muito obrigada.-----

-----Para dizer o seguinte, Senhora Presidente. Compreendendo a bondade da sua atitude, quero deixar nota de que o Partido Socialista registou que esta..., registou e não vê com bons olhos que a resposta não tenha sido dada à Deputada no momento em que a Deputada pediu para interpelar, invocar o Regimento. -----

-----Porquê? Porque isso retirou a oportunidade e retirou a pertinência da declaração política que foi tida, que o Senhor Deputado Jorge Rato (PS) teve, no momento em que estava a tê-la. A Mesa, vai-me desculpar, Senhora Presidente, mas a Mesa não esteve atenta, a própria bancada dos Vereadores também e das Vereadoras também não esteve atenta, porque estavam a tentar perceber o que é que iriam fazer, e eu acho que em nome da bancada do Partido Socialista cumpre-me pedir que, da próxima vez, a Mesa faça uma gestão mais cuidada sobre aquele que é o seu papel.--- -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Portanto, Senhor Deputado António Moita (IN-OV), pretende usar da palavra?” ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.18. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. Aproveito para a cumprimentar, na sua pessoa cumprimento a Mesa, todos aqueles que aqui estão, Senhor Vice-Presidente, Executivo Municipal.

----- E a minha intervenção destina-se a fazer uma interpretação, penso que um pouco mais autêntica daquilo que foi a intervenção que o Deputado Jorge Rato (PS) aqui fez, relativamente ao sistema empresarial, às empresas participadas pelo Município, que é o caso da Municíпия e das empresas municipais. -----

----- Porque se nada disséssemos, parecia que o sentido da intervenção do Senhor Deputado era o correto, e eu creio que assim não é e, portanto, pedi para fazer esta intervenção para explicitar, penso que um pouco melhor, aquele que é o nosso entendimento sobre a questão que foi colocada. E a questão que foi colocada tem a ver com a possibilidade de celebração de contratos-programa entre as empresas municipais e a Câmara Municipal, e o tempo e o modo como esses contratos-programa têm sido feitos. -----

----- Como o Senhor Deputado Jorge Rato (PS) teve oportunidade de referir, não há, parece-me, qualquer questão com a empresa Parques Tejo. A empresa Parques Tejo tem vindo a celebrar contratos-programa no início de cada ano e o seu cumprimento tem acontecido, portanto julgo que a esse nível não há dificuldade. Mas ao nível da Oeiras Viva, o que o Senhor Deputado refere é que, ou parece-me que foi esse o sentido da sua intervenção, que o facto de a celebração do contrato-programa não ser feito, digamos, que a tempo e horas, ou seja não ser feito exatamente no início do ano, que tem de alguma forma prejudicado aquela que é a intervenção e o objeto de intervenção da Oeiras Viva. Era isto que eu pretendia clarificar. Porquê? Porque sem pôr em causa que os contratos-programa, para um determinado ano, sejam celebrados no início do seu exercício (parece-me que, obviamente, é a solução que mais convém a todos), não pode resultar da sua não celebração atempada a ideia de que a Oeiras Viva foi de alguma forma prejudicada por esse facto.

----- Estou absolutamente certo que nem a tesouraria, nem o cumprimento das funções que

que a Oeiras Viva tem sofrido com a não celebração no início do ano, ou no início de cada ano do contrato-programa. Pode, eventualmente, em termos daquilo que é a nossa apreciação dos documentos de prestação de contas (e, aliás, hoje vamos ter a oportunidade de apreciar o relatório do primeiro semestre de dois mil e vinte e três), em que o resultado do exercício ou dessa parte do exercício de dois mil e vinte e três não é positiva, e não é positiva porquê? Porque decorre da não celebração do contrato-programa, mas eu não extraio daí mais do que uma consequência contabilística, ou seja, não há efetivamente um prejuízo nem para a Oeiras Viva, nem para os beneficiários daquilo que a Oeiras Viva faz.-----

-----A última questão, o último exemplo que referiu, é o exemplo de uma outra empresa que não tem a característica exatamente de empresa municipal cem por cento participada pelo Município de Oeiras, é uma empresa que é participada maioritariamente pelo Município de Oeiras, mas também por um outro conjunto alargado de municípios que é precisamente a Municípa, em que o Senhor Deputado refere alguma incompreensão, ou a incompreensão pelo facto de ser entendimento da Câmara que não é possível optar pela celebração de contratos-programa. Ora, e refere aqui algo que foi discutido nesta Assembleia, aquando da apresentação de uma moção de ou de uma recomendação apresentada pelo Partido Socialista. Eu volto atrás para a intervenção que aqui foi feita pelo Senhor Presidente da Municípa, quando este assunto foi aqui discutido e foi discutido uma forma ampla, aquando salvo erro da apresentação dos resultados de..., não, aquando da apresentação do Plano de Atividades para dois mil e vinte e quatro, mas eu queria referir o seguinte: é ao que parece entendimento do Senhor Presidente da Municípa que é possível, ao abrigo da legislação em vigor, a celebração de contratos-programa. É conhecida a posição do Senhor Presidente da Câmara, quando nos diz que os pareceres que tem vão em sentido contrário a esse. A sugestão que eu faço é (e a sugestão é feita naturalmente à Câmara Municipal) é que este assunto possa ser esclarecido o mais rapidamente possível, não porque a Câmara tenha a obrigação por si só de celebrar contratos-programa com a Municípa para resolver um problema de défice de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da atividade, mas porque em qualquer caso, se reconhece na Municípa a qualidade para prestar serviços à Câmara Municipal e se eles puderem ser objeto da celebração de um contrato-programa, torna tudo mais claro por um lado e torna tudo mais simples, e pode evitar os problemas que decorrem do Código da Contratação Pública. O entendimento da empresa é um, o entendimento da Câmara Municipal é outro, agora, eu faço aqui um repto para que este esclarecimento possa ser feito tão rapidamente quanto possível. O que eu não posso é aceitar que, como foi a intervenção do Deputado Jorge Rato (PS) seja como que algo que a Câmara está a fazer contra aquilo que a lei prevê e parece da sua intervenção, que há aqui algum “parti pris”, ou alguma relação de desconfiança entre o Senhor Presidente da Câmara e o Conselho de Administração da Municípa. Não me parece que assim seja, não me parece que a Câmara Municipal de Oeiras possa ser responsabilizada pelos resultados da Municípa, muito pelo contrário, se a Municípa ainda existe, deve-se a uma só identidade, essa entidade chama-se Câmara Municipal de Oeiras. E, portanto, acho que para, enfim, tranquilidade de todos, e para que não se retire das palavras do Deputado Jorge Rato (PS), percebendo eu o conteúdo da sua intervenção e aceitando eu que a forma encontrada de celebração de contratos-programa é, em muitos casos, a melhor forma de resolver o problema da relação entre a Câmara Municipal e as empresas, mas que não se retire da sua intervenção, ou da não celebração atempada ou nem sequer da não celebração de contratos-programa, que há da parte da Câmara Municipal algum desleixo, alguma incúria, ou algo que de uma forma propositada isso afete a execução daquilo que são as funções e os planos atividades de cada uma destas empresas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Deputado Jorge Rato (PS) pretende usar da palavra?”-----

3.19. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu quero começar por agradecer ao Senhor Deputado António Moita (IN-OV), o tempo que perdeu a justificar o que é injustificável, e valeria a pena que, se calhar, tentasse atualizar-se em relação às informações relativamente a qual é o pensamento do Município e do Senhor Presidente em relação à Município e, portanto, convinha, de facto, fazer isso, porque o contrato-programa, o último contrato-programa que foi tentado assinar com a Município, só chumbou porque a fundamentação que a Câmara Municipal apresentou ao Tribunal de Contas era tão esfarrapada, que evidentemente o Tribunal de Contas não deu o seu provimento. Mas parece que a coisa, felizmente, está esclarecida e, portanto, haverá condições próximas para avançar com o contrato-programa. -----

-----O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) faz-me lembrar aquelas pessoas que, coitadinho, uma família está a morrer à fome, mas não há problema, que daqui a sete/oito meses nós pagamos-lhe o ordenado com retroativos e, portanto, mesmo depois de morrer, ela, com certeza, arranjará condições para se alimentar e, portanto, se nutrir em condições. -----

-----Finalmente em relação à diferença das empresas. Senhor Deputado, é evidente que há diferença entre as empresas, e o que me vem à memória, é só aquele velho ditado que: “mais vale cair-se em graça do que ser engraçado”. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Faça favor, Senhor Deputado António Moita (IN-OV).”-----

3.20. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) observou o seguinte: -----

-----“Eu não quero, obviamente entrar em polémica com o Senhor Deputado Jorge Rato (PS), mas vou dizer ao Deputado Jorge Rato (PS) que confirmo tudo aquilo que disse e que é meu entendimento que não existe qualquer “parti pris” entre a Câmara Municipal e qualquer uma das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

empresas que referiu, seja a Parques Tejo, seja a Município, seja a Oeiras Viva. São todas tratadas da mesma forma, são todas tratadas com a consideração que merecem e em nada a Câmara Municipal, tirando questões burocráticas que podem atrasar um ou outro processo, em nada a Câmara Municipal tem contribuído para o mau funcionamento de qualquer uma destas entidades. E, portanto, acho que fica completamente claro e, obviamente, que, graças a Deus em Oeiras, nenhuma empresa municipal, pelo menos na vigência da presidência do atual Presidente, nenhuma empresa morreu à fome, nenhuma empresa esteve em condições de não poder honrar os compromissos e assim aconteceu com todas. É uma característica de Oeiras, não sei se é uma característica de todos os municípios, mas pelo menos aqui em Oeiras, isso sempre tem acontecido e, portanto, uma comparação dessas, pelo menos, não é uma comparação feliz.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Mais alguém pretende usar da palavra? Não, o Senhor Deputado não tem tempo de intervenção.”-----

3.21. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) apresentou o seguinte **Protesto:**-----

----- “Queria apresentar um protesto ao abrigo do artigo cinquenta e cinco do Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faça favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -------

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras queria protestar a decisão da Senhora Presidente de não conceder a palavra à Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) para invocar o artigo

cinquenta do Regimento, conforme é seu direito enquanto deputada municipal. -----

-----A Senhora Presidente argumenta que nada no artigo cinquenta diz que a Senhora Deputada pode usar da palavra que é um argumento que, com a devida estima e com o devido respeito que eu tenho pela Senhora Presidente, eu não compreendo, nem consigo compreender.--

-----A pergunta que eu lhe faço é: onde é que está no artigo cinquenta algum condicionalismo que impeça a Senhora Deputada de usar da palavra quando invoca o artigo? A Senhora Presidente não teve sequer a prudência de poder sustentar o seu argumento, com base no facto de a Senhora Deputada estar a invocar o artigo de forma incorreta, porque a Senhora Presidente nem sequer chegou a ouvir a argumentação para a evocação do artigo, conforme está indicado no número um do artigo cinquenta, que deve ser feito em termos de breves considerações acerca do porquê de estarem interpelar a Mesa e, portanto, Senhora Presidente, o Grupo Político Evoluir Oeiras protesta que a Senhora Presidente não tenha permitido que se tivesse lido a alínea t), do número quatro, do artigo cinco das competências da Assembleia Municipal, que diz que compete a esta Assembleia Municipal aprovar as geminações que este Município queira fazer por proposta do Executivo Municipal.-----

-----Queria que este protesto ficasse lavrado formalmente em Ata por discordarmos veementemente com respeito, mas veementemente, da decisão da Senhora Presidente e da atitude que teve aqui hoje. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.22. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Com certeza, Senhor Deputado, fica em Ata. A Senhora Deputada não leu, li eu a alínea t), do artigo cinco, e sobre a geminação. -----

-----Pergunto se alguém pretende usar da palavra? Não havendo mais intervenções, eu vou pedir ao Senhor Vice-Presidente o favor de responder a algumas questões que aqui foram levantadas, se assim o entender.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.23. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a todos cumprimento. -----

----- Sobre.... Queria começar por referir as palavras do Senhor Deputado João Santos (CDU), a quem agradeço os elogios, naturalmente que quem deve ser de elogiar é a CDU pela proposta, e pela memória que nos trouxe, que apenas com a Constituição se tornou normal o processo democrático português, portanto, estendemos naturalmente as comemorações do Vinte e Cinco de Abril em Oeiras até essa data. -----

----- Depois, a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) colocou a questão do requerimento sobre as geminações. Dizer-lhe que está em análise no Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico da Câmara, exatamente até para descortinar a questão da aplicação da lei no tempo. Não sabemos se naquela data era necessária a aprovação pela Assembleia Municipal ou se se resumia à questão da Câmara Municipal. Portanto, a ser está a ser apreciado pelo Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico. -----

----- Depois sobre a questão do amianto. Naturalmente não estou na posse de dados para responder a tudo, tenho que indagar para saber a extensão desta matéria. Dizendo só uma questão, é que Cruz Quebrada não é uma praia. Não é praia. A Cruz Quebrada não é praia. E dizer também aproveitando... Senhores Deputados, eu percebo que haja muita excitação nestas reuniões, mas se nos ouvirmos todos com tranquilidade, certamente que os frutos da nossa conversa são melhores. Dizer que aquele território, como tantas e tantas vezes foi discutido aqui, continua sob domínio marítimo portuário. Está em fase de ser transferido para o Município de Oeiras, ainda não foi. Naturalmente, eu suponho que até mesmo as entidades que algumas vezes dão pareceres, esquecem-se que aquilo é domínio marítimo portuário, sob tutela da Administração do Porto de Lisboa. Portanto, era tempo também da Administração do Porto de Lisboa fazer algum investimento se é necessário fazer, ou se é preciso limpar, ou se é preciso tratar. Era importante que a Administração do Porto de Lisboa também fizesse isto. -----

-----Sobre a questão da Escola da Nossa Senhora do Cabo, a Senhora Deputada da Iniciativa Liberal. Senhora Deputada, eu não contava, permita-me dizer-lhe isto, encontrar um deputado liberal a propor que o Executivo Municipal se torne tão dirigista. Então quer dizer, o Município de Oeiras acolhe, e dizer-lhe que nós contactámos todas - agora citando sua Santidade o Papa – “todas, todas, todas” as instituições sociais, culturais, desportivas do Concelho para a elaboração daquelas comemorações. Nós contactamos todos, convidando à participação, e naturalmente que o Município apoia. Agora, se as forças vivas do Concelho decidem fazer, no âmbito da sua atividade, comemorações, concertos, como é o caso da Escola da Nossa Senhora do Cabo, que é uma escola absolutamente extraordinária... Permita-me que lhe diga que há poucos anos, eu estava em Veneza e encontrei, que a maestrina convidada era a maestrina Joana Carneiro, num cartaz enorme à porta, e encheu-me de orgulho, como português, e como oeirense encontrar no Teatro La Fenice o cartaz da maestrina Joana Carneiro, formada exatamente na Escola Nossa Senhora do Cabo. É um orgulho para todos nós. Naturalmente que a atividade destas associações, elas ganham vida própria, felizmente. Agora, o que eu não imaginava, permita-me dizer isto novamente, é que um deputado liberal negue tão facilmente o liberalismo. Nós não queremos ser dirigistas, nós apoiamos todas as associações do Concelho. Agora não dirigimos, elas têm vida própria, têm uma direção, têm administrações, e se nos procurarem, nós apoiaremos. Agora dirigimos, não obrigado. Até porque estamos a comemorar com as comemorações dos cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril, a instauração em Portugal de um regime demoliberal no qual todos nós queremos viver. -----

-----Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), quanto ao estacionamento abusivo. Se há situações dessa natureza, eu só posso lamentar. Aliás, é preocupação nossa recorrente, até nas próximas semanas poderemos ter algumas reclamações sobre isso, porque estamos com algumas medidas intensivas nessa área do estacionamento abusivo. Se há situações de automóveis que estacionam no espaço público, que é comunicado seja à Parques Tejo, seja à Polícia Municipal e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que não tem a devida resposta só posso lamentar e, sinceramente e humildemente, sempre que tiver conhecimento disso, por favor... Senhor Deputado..., encaminhem, porque eu terei todo o gosto em tratar. Acho que é lamentável, ainda hoje encontrei uma viatura que estava abandonada há um ou dois dias num estacionamento público, é uma vergonha. Portanto, totalmente de acordo, se há situações de abuso, o Município de Oeiras tem é que tratar de recolher. -----

----- Quanto à questão dos ecopontos, vou verificar o que é que se passa.-----

----- Na colónia de gatos de Caxias, na Rua da Cova Funda. Tem uma cuidadora, a Senhora Dona Paula Cristina, a colónia é acompanhada e vai ter o abrigo logo que cheguem os abrigos que estão encomendados. -----

----- Sobre as questões que foram colocadas do setor empresarial local, não quero continuar a “chover no molhado”. Naturalmente que o Município de Oeiras trata de modo igual e nos termos da lei todas as empresas municipais..., aliás, não podia ser de outra forma. As empresas municipais e o setor empresarial do Estado (ainda que no caso, o Estado seja o Município) são braços do Estado. As empresas municipais são braços ou extensões do Município para áreas específicas da atividade municipal que é delegada nessas mesmas entidades. Como tal, qual é que era o “parti pris” que podia existir? Não pode existir, não pode existir. Se existir, a administração está mal, porque a Câmara Municipal tem o Executivo, se as empresas municipais têm executivos que não cumprem as instruções do Executivo Municipal, mormente do Senhor Presidente que tem a tutela das empresas municipais, se não cumprem as instruções do Executivo Municipal, naturalmente que estão a mais. Sempre. Tal como acontece no Estado Central, isto não há “parti pris”, são braços da administração. -----

----- Portanto, Senhora Presidente, era só isso que eu queria dizer.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhora Deputada Anabela Brito (IL).”-----

3.24. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) perguntou o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente.” -----

-----Queria só perguntar ao Senhor Vice-Presidente quais foram os motivos que a escola invocou para não participar nas comemorações, já que foi convidada. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Senhor Vice-Presidente, quer responder?” -----

3.25. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. esclareceu o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, obriga-me a sorrir. Veja, nem eu sou magistrado, nem sou investigador. Eu convido, ou nós convidamos as associações a participar. Se alguma não quer participar ou não faz propostas, não me cabe a mim telefonar e dizer... até porque veja, nós não estamos num regime estalinista. Eu não tenho que questionar uma direção de uma associação a quem devo respeito e consideração: “Vossa Excelência recebeu um officio meu? Porque é que não respondeu? Porque é que não fez nenhuma proposta?” Isso... cabe dentro da autonomia das próprias associações. As associações.... Aliás, deixe-me dizer-lhe isto: o que é mais lamentável e já aconteceu, não me quero alongar em enumerar quais, mas boa parte dos senhores deputados municipais conhecem, há forças vivas do Concelho nas quais muitas vezes o Município tem que intervir. É aquilo que nós menos gostamos de fazer. Nós não temos que intervir na atividade quotidiana, não temos que contribuir para a eleição de corpos sociais, ou fazer dos corpos sociais apparatchiks do Município. É horrível. O que é importante numa democracia e num regime livre, é que as associações, as organizações tenham vida própria, que nasçam da própria sociedade civil, floresça a sua atividade, nós estamos aqui para apoiar. Não estamos aqui para dirigir, para comandar, ou para dar orientações. Mal seria se assim fosse. Isso é o pior que pode acontecer, modestamente, é o pior que pode acontecer. O que nós queremos é que sejam livres e que ajam livremente. Nós convidamos a fazer propostas e apoiamos em toda a extensão das nossas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

possibilidades, agora não nos cabe a nós questionar porque é que não fizeram propostas. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Bem, não havendo mais intervenções, dou por findo este Período Antes da Ordem do Dia e vamos entrar no Período da Ordem do Dia.”-----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, tínhamos acordado na reunião de Conferência de Representantes que o primeiro ponto seria o do relatório da CPCJ. Tinha ficado isso assente. Podemos fazer uma alteração à Ordem de Trabalhos e, se calhar, é o que faz sentido. É só.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Quer fazer... Eu não me recordo de termos chegado a essa conclusão, mas... Não sei se está presente o Presidente da CPCJ. Faça favor. Então faça o favor de se dirigir aqui.”-----

----- A **Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)** observou o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, antes queria dizer uma coisa.-----

----- É assim, a Senhora aí das crianças quer falar primeiro, mas nós temos aqui o Presidente da Oeiras Viva, foi acabado de ser operado há dois dias e também tem que esperar.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Peço desculpa. Senhora Deputada, desculpe. Nós acordámos na conferência de representantes...”-----

----- A **Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:---

----- “Desculpe, o Senhor não é obrigado a estar aqui presente, o Senhor Presidente da

Oeiras Viva, com toda a consideração que nos merece. Mas nós acordámos na reunião da Comissão de Representantes que passaríamos a CPCJ para primeiro ponto. Foi acordado entre os representantes dos grupos políticos. Eu pedia ao Senhor Presidente da CPCJ o favor de...”-----

-----O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, já agora pedia-lhe, bem sei que não é este o ponto seguinte, mas, ou por outra, há de ser o ponto a seguir a este, mas que o ponto um e o ponto dois sejam discutidos em conjunto. Não? Acha que não, Senhora Presidente?”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

-----“Ah, é a mesma coisa da...”-----

-----O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** concluiu dizendo o seguinte:-----

-----“Exatamente. Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhor Presidente da CPCJ, muito boa tarde. Peço-lhe que realmente seja breve no relatório que nos irá apresentar e tem a palavra. Faça favor.”-----

4.1. Apreciação do Relatório de Avaliação das Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras relativo ao ano de 2023 (os documentos relativos a este relatório ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----O **Senhor Rui Esteves, Presidente da CPCJO**, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, aguardo só o computador para poder projetar.-----

-----Bem, boa tarde a todos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal em representação da Assembleia Municipal não está, os Senhores do Executivo, o Senhor Presidente, aqui no caso Vereadores em representação do Senhor Presidente do Executivo, Deputados Municipais, todos os presentes, Presidentes também de Juntas de Freguesia.-----

-----Vou procurar fazer uma apresentação breve sobre a atividade da CPCJ no ano de dois mil e vinte e três. Cingi-me, cingimo-nos em pontos essenciais para a apresentação do relatório,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sem prejuízo de depois podermos debater, se for o caso, alguns pontos mais em detalhe relativamente ao relatório que foi enviado completo para todos os senhores deputados. -----

----- Queria também cumprimentar os membros da CPCJ que estão presentes, que penso que sejam, contando comigo, quatro, portanto três na plateia. -----

----- Tenho a boca um “bocadinho” seca, estava a contar ir buscar uma garrafa de água, mas de qualquer forma, cá estamos. -----

----- Portanto, optámos por sublinhar este ponto... Obrigado, Senhora Cristina, obrigado. Optei, optámos por trazer a letra da Constituição da República Portuguesa para a abertura desta breve apresentação, que refere que: “As crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação, e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições”. -----

----- Portanto, queria ressaltar que em Portugal nós temos um sistema de proteção que se pode dizer que já tem alguma maturidade, embora sempre em evolução, nitidamente, e que a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo deve (e é) lida em consonância com este preceito constitucional, portanto, nós devemos atender a que caso a família, os pais, a família não tenham capacidade ou coloquem por negligência ou por ação, portanto por omissão as crianças numa situação (as crianças e os jovens) de risco ou de perigo, aí sim devem intervir em primeiro lugar a comunidade, os cidadãos, em segundo lugar (e isto, no fundo, existe uma pirâmide de base de intervenção) as instituições, as entidades com competência em matéria de infância e juventude, e depois sim as comissões que são órgãos (são trezentas e onze no país, não sei se já são trezentas e doze, mas penso que sejam trezentas e onze) que têm autonomia funcional, mas são órgãos não judiciais de proteção das crianças, e que atuam antes dos tribunais, que esses sim têm força judicial e, portanto não necessitam do consentimento das famílias, embora seja sempre importante conseguir o consenso e o acordo, mas, em última instância, cabe aos tribunais a proteção das

crianças e dos jovens. Mas no fundo, cabe ao Estado, era de forma sucinta aquilo que eu queria sublinhar, quando necessário apenas, a proteção das crianças, porque existe um modelo de proteção de base na família, na comunidade e nas instituições, nas entidades com competência em matéria de infância e juventude. -----

-----Passando esta breve introdução, esta breve alusão inicial à nossa lei fundamental, passamos então aos dados relativos à CPCJ de Oeiras. Portanto, nós na CPCJ de Oeiras como sabem, mas eu relembro, para refrescar um pouco, as Comissões no caso da de Oeiras, mas como qualquer outra de proteção de crianças, dividem-se em duas modalidades. Uma das modalidades é a modalidade alargada, que é, digamos, a que trabalha a prevenção, e depois dessa sai ou nasce a restrita, que é a que trabalha os processos e a que trabalha o perigo. Portanto, aqui nós temos o elenco dos representantes aqui no Concelho de Oeiras, relativamente à CPCJ no seu todo. Portanto, temos a Câmara Municipal com um representante, porque não pode haver..., fora o caso da Assembleia Municipal, mas aí é um exemplo diferente, é um caso particular, porque cada instituição (é um princípio de representatividade democrática), cada instituição deve (e segundo a lei) ter um representante na nossa Comissão Alargada. No caso em Oeiras, aqui em dois mil e vinte e três, tínhamos quinze representantes, faltava o da IPSS não residencial, como podem ver ali no quinto ponto, ou sexto ponto, quinto, e agora já temos. Portanto, podemos orgulhar-nos de que na CPCJ de Oeiras, temos a representação, agora em dois mil e vinte e quatro total, no ano de dois mil e vinte e três faltava-nos (foi uma substituição que tardou um pouco em ser digamos, efetuada) a das IPSS de carácter residencial. Temos a das associações de jovens, associações desportivas e culturais, associações de pais, o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), e aqui no caso da Assembleia Municipal, os cidadãos eleitores com especial interesse e conhecimento na matéria de infância e juventude, quatro. Membros cooptados, que é um mecanismo de exceção utilizado só quando necessário, porque a ideia não é utilizar a cooptação, mas a representatividade, tivemos um elemento cooptado. Portanto, no total quinze. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Relativamente à equipa técnica, aqui já cingindo a composição no que respeita à Comissão Restrita e não à Comissão Alargada. A Comissão Alargada reúne uma vez por mês, são em média quatro horas mensais, e tem depois quatro horas mais, é o que refere a lei, para trabalho em grupos de trabalho. No que respeita à Comissão Restrita, nós temos esta composição, que é multidisciplinar, multi institucional e que tem também a representação obrigatória e no caso, para que não seja utilizado o mecanismo da cooptação, que não se prevê como necessário, ou só para casos muito excecionais, os apoios técnicos. Portanto, podemos ver o Presidente, que no caso sou eu; Segurança Social, pelo protocolo da NUT3, para atuação no distrito de Lisboa; Santa Casa da Misericórdia, afetação a tempo inteiro, mas eu assumo atualmente as funções de Presidente; a secretária em substituição do Presidente, pedagogia e educação, a tempo inteiro; representante do Município, serviço social, a tempo inteiro; representante de saúde, enfermagem, não está a tempo inteiro, está afetação dois dias por semana; e depois dois elementos de apoio técnico de pedagogia, educação, é o Ministério da Educação, no fundo afetação a tempo inteiro; apoio técnico jurista da Câmara Municipal, foi substituído rapidamente pela Câmara Municipal; apoio técnico, psicologia, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a tempo inteiro, embora em horário de amamentação; técnico de saúde, medicina, tivemos por parte do Doutor Rafic Nordin e da parte da gestão do ACES Lisboa Ocidental de Oeiras, esta forma de colmatar um pouco a afetação a tempo parcial do representante da saúde, portanto o serviço, a direção digamos, colocou aqui um elemento de medicina, um médico de família para dar apoio nos outros dias em que não estava a enfermeira (foi muito útil, não sabemos se veio para continuar); apoio técnico de psicologia Ajude, aqui a nota também, que no fundo aqui é uma ajuda que a Ajude nos dá de afetação aqui de um elemento de psicologia, que é a maior carência que temos na CPCJ, que também se reflete atualmente na restrita; também se reflete que os estágios que nós utilizámos ou que procurámos, foram essencialmente os de psicologia, tivemos também de serviço social. Tivemos cinco estágios ao longo de dois mil e vinte e três e depois, a ocupação tempo jovem, que é um programa da Câmara

Municipal e que é útil a quem está a iniciar a sua inserção, ainda que de forma muito leve, no contacto com a realidade laboral, mas três elementos da ocupação tempo jovem.-----

-----Olhando para os números, nós vemos sempre uma, digamos... Não costuma existir....

Claro que ao longo, se fizéssemos a comparação, ao longo de diversos anos conseguíamos ter noção das linhas de ascendência ou de..., de subida ou de descida, mais correto dizer assim, mas aqui comparámos três anos e os números são próximos, mas nós vamos conseguir ver que há algumas, há algum atenuar em certos aspetos e subidas noutros aspetos. Nós tivemos mil e noventa e uma sinalizações de situações de crianças e jovens em perigo no Concelho em dois mil e vinte e três. Isso quer dizer que equivale a vinte e três sinalizações, processos, que podem ser trabalhados durante mais tempo ou menos tempo, mas equivale a vinte e três sinalizações por semana.-----

-----Vemos aqui relativamente aos anos e aqui também comparando com...., este no fundo é o gráfico que retrata a tabela anterior. Houve uma ligeira subida, isto da sinalização, no fundo, não quer dizer que haja, que existam mais situações de perigo no Concelho de Oeiras atualmente, também pode querer dizer que as entidades... A pandemia evidentemente impossibilitou, por várias das vicissitudes que a pandemia nos implicou na nossa vida, não é, mas também pode ter que ver com as entidades estarem mais atentas à sinalização. O facto é que houve uma ligeira subida no número de processos ou de sinalizações efetuadas à Comissão, mil e noventa e uma.-----

-----Predominância ligeira, mas existente no que diz respeito a crianças ou jovens. Estes números dizem sempre respeito a crianças ou jovens abaixo dos dezoito anos e que estão expostas a comportamentos, ou elas próprias têm comportamentos desviantes ou estão expostas a comportamentos desviantes. Mas os números dizem sempre respeito a crianças e jovens, era isso que eu queria sublinhar. Portanto, quinhentas e oitenta do sexo masculino, quatrocentas e sessenta e sete... Ali o “sem informação” é que por vezes, para vos explicar e para poderem ser elucidados, por vezes nós recebemos sinalizações sem conhecimento se é uma menina ou um menino, ou um jovem ou uma jovem, porque a sinalização é ou anónima e não refere, por exemplo, se é um menino



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ou uma menina. Diz lá um bebé, ou há um menino ou menina que... e, por vezes, não conseguimos até chegar ao contacto com a família. Remetemos o processo (porque é o pressuposta legal) a tribunal, portanto por isso é que tem ali “sem informação”. Por vezes não chegamos a ter conhecimento se era menino ou menina, remetemos imediatamente para o tribunal e o tribunal assegurará essa proteção.-----

----- Processos trabalhados. Aqui novamente o gráfico. Também masculino/feminino. Ligeiro aumento, no caso das meninas pouco menos, mas comparando três anos as percentagens são semelhantes, próximas. -----

----- Nós trabalhamos processos de promoção e proteção que digam respeito a acompanhamento de situações de perigo de crianças e jovens até aos dezoito anos, no entanto existem situações que, como podem ver, são poucas, de jovens acima dos dezoito anos que pretendem a continuidade da intervenção da Comissão. Portanto, imaginando uma jovem, vou dar um caso, não vou referir atendendo ao princípio da confidencialidade e da privacidade, mas um caso real de uma jovem que sofreu violência doméstica, órfã, e acabou por fazer os dezoito anos, quis a continuidade da intervenção, foi para a faculdade, teve apoio no caso da Comissão, da segurança social, do Município e mantém-se como processo de promoção e proteção ativo após os dezoito anos. Mas na verdade, como podemos ver, os números demonstram que a fatia de maior densidade situa-se na adolescência, porque engloba, se pudermos ver a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, abrange até aos vinte e um, até pode ir aos vinte e cinco. A Lei Tutelar Educativa dos doze ao último dia dos quinze anos e a Lei de Proteção, só a Lei de Proteção protege a partir do nascimento. Portanto os números aumentam um pouco ali na altura da adolescência, também que os comportamentos desviantes e a responsabilização por esses comportamentos está definida na lei como a partir dos doze, embora seja no âmbito da educação para o direito ou da promoção e proteção e não da responsabilidade penal, que aí só a partir dos dezasseis. -----

----- Portanto, como eu dizia, estou a procurar ser claro e tentar não ir demasiado rápido,

mas também não ir demasiado lento, tentar explicar um pouco para quem não lida com todo o tipo de temáticas, portanto é normal que alguns de vós possam não estar tão refrescados em relação a estas temáticas, portanto estou a tentar explicar um pouco os números e os gráficos. Mas como eu dizia, podemos ver algo curioso ali nas primeiras linhas dos zero aos dois, ali dois mil e vinte e um tem muito pequenino, porque na verdade as creches e os hospitais..., enfim na pandemia a sinalização dos bebés, os bebés estavam sobretudo em casa com os pais, houve digamos um bloqueio, um parar quase completo dos serviços nesse período. Claro que houve a proteção sempre digamos prioritária, mas as crianças dos zero aos dois não foram praticamente sinalizadas no ano dois mil e vinte e um, e agora digamos que voltou, pelos menos voltou à normalidade a sinalização. Ainda claro que existem várias situações por resolver, mas também por isso é que nós existimos.

-----Em relação aqui às uniões de freguesia. As percentagens tendo em conta os censos, no caso de dois mil e vinte e um, da população de determinadas freguesias, no caso aqui do nosso Concelho de Oeiras, são percentagens que podem ser lidas de diversas formas, evidentemente, mas não sobe, na maioria dos casos os três por cento, tirando ali o caso de Porto Salvo. Portanto, considerando a população infantojuvenil, no caso de dois mil e vinte e um, e o número de crianças sinalizadas, as percentagens rondam os dois por cento com ligeiras alterações consoante a freguesia ou união de freguesia. Portanto aqui está, Porto Salvo mais sinalizações, isto pode ter que ver com existirem mais situações, mas também pode ter que ver com as entidades sinalizarem mais, porque se existirem entidades, digamos, com um trabalho articulado de rede, sentirem que não conseguem remover a situação de risco e até de perigo, porque a lei já prevê que as entidades com competência em matéria de infância e juventude possam remover o perigo também com consenso da família, sinalizam e a Comissão atua no caso da restrita, se for necessário.-----

-----Portanto, escolas também os números. Penso que é importante, deixo também em tom de nota, a presença das associações, aliás, dos agrupamentos de escolas, de um representante na Comissão Alargada, na modalidade colaboradores. Não são muitas as escolas que têm estado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

presentes nas nossas reuniões da Comissão Alargada, que têm sido bastante participadas, decorrem uma vez por mês. Deixava o apelo a que as escolas estivessem mais presentes, mais participativas nas nossas reuniões da Comissão Alargada, modalidade colaboradores. Vocês poderão ver em maior detalhe no relatório estes dados, que são, digamos, um apanhado, um breve apanhado do que está no relatório.-----

----- No caso são muitos agrupamentos de escolas, por isso também representa muitas crianças e muitos jovens. Temos aqui em dois mil e vinte e um o número de alunos por agrupamento, que passa na maioria dos casos os dois mil alunos, todos eles menores de idade, não é? -----

----- Entidades sinalizadoras. Aqui destaca-se de forma bastante clara a Polícia de Segurança Pública ou a Guarda Nacional Republicana, no caso também está englobada a Polícia Judiciária, penso eu. Sinalizam automaticamente qualquer situação que possa..., é uma questão de exigência de que a polícia sinalize sempre. Não quer dizer que a situação seja efetivamente uma situação que seja necessária ser trabalhada pela Comissão, mas é sempre sinalizada pela polícia. Quinhentas e cinquenta e oito sinalizações. Subiu. Estes números dizem apenas respeito ao Concelho de Oeiras, evidentemente. Depois as escolas, cento e cinquenta e oito. Subiu ligeiramente. O anónimo subiu. Eu queria também deixar uma breve nota de que a sinalização anónima é possível e é recomendável, portanto alguém que queira ou que sinta que deve sinalizar uma situação de perigo de uma criança pode sinalizar anonimamente. Contudo, gostava de deixar a nota que as instituições, no meu entender, devem sempre sinalizar de forma corroborada pela própria instituição, porque se as instituições têm competência em matéria de infância e juventude, não há razão para não sinalizarem de forma institucional. Em relação ao Ministério Público, quarenta e oito, a nossa articulação é permanente com o Ministério Público, as reuniões são mensais, de fiscalização. Muitas sinalizações do tribunal, Ministério Público. Serviços de saúde trinta e nove, num ano inteiro. Vinte e dois, outras comissões. A mãe... As comissões também

existem para esclarecer as famílias, os pais e as famílias. Não existem só para remover situações de perigo sinalizadas por outras instituições, também existem para apoiar de forma empática e colaborativa (e também rigorosa) os pais, as mães, as famílias que procuram a nossa ajuda. Portanto, outras entidades, DGRSP, CAFAP's e a própria CPCJ sinaliza quando tem conhecimento que existem irmãos, ou algum primo, que possam também estar numa situação de fragilidade ou falta de proteção no seu seio familiar, social, no seu quotidiano de vida. Relativamente aqui à polícia, é nítido que o número e sinalizações é.... são vinte e três por semana, mil e noventa e uma por ano, portanto a polícia cumpre aqui grande parte dessas sinalizações, mas também muitas outras instituições. -----

-----Em relação ao perigo sinalizado, queria deixar o alerta aos senhores deputados, à Assembleia Municipal de Oeiras e à comunidade esta questão da violência doméstica, que sinceramente eu não tenho resposta, e tenho pensado muito nisso e os meus colegas, e nós conversamos bastante sobre esta questão da violência doméstica. É verdade que é importante separar um pouco o que é o conflito parental que faz parte, digamos, da vivência humana, dos casais ou das pessoas, daquilo que é a violência, mas os números têm subido. E isto denota-se, o Concelho de Oeiras é um concelho, digamos, que tem um nível de exigência e de capacidade de lidar com estas situações e com outras acima da média, ainda assim os números continuam a ser preocupantes porque.... Tivemos um encontro sobre esta temática mais do ponto de vista da saúde, dos efeitos prejudiciais às crianças e jovens, mas os números são muito elevados, e continuam a subir. Depois comportamentos de risco, também aqui em terceiro lugar, isto não é uma tabela de “o que é que está em primeiro ou o que é que está em segundo”, mas na verdade é para nós percebermos o que é que nos preocupa mais e tentarmos encontrar mecanismos para reduzir estes números. Negligência, noutros concelhos a negligência se calhar este número é muito mais elevado, aqui não é tanto. Mas o da violência doméstica é que aquilo que eu penso que devemos (sem desprimor para qualquer outro e mantendo a atenção em todos eles), mas devemos continuar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a refletir o porquê da violência doméstica apresentar números tão elevados. Exploração infantil zero, isso também é importante sublinhar. Abuso sexual vinte. Normalmente são remetidos a tribunal os processos dessa natureza, se for intrafamiliar sempre. Portanto aqui no caso, o gráfico do que eu referi. -----

----- Em relação às medidas, as medidas têm-se mantido, em regra. Penso que o apoio junto dos pais é uma medida que tem um acordo para ajudar os pais com a colaboração da família ou de outras instituições para cuidar das crianças. Junto de outro familiar, é um outro familiar que fica responsável, digamos assim, o termo técnico, responsável não é o mais correto, mas é a pessoa ou as pessoas que ficam a cuidar da criança quando os pais não têm capacidade para tal, ou quando infelizmente faleceram. Apoio junto de pessoa idónea, é uma pessoa de confiança, tem de ter laços de confiança e de afetividade com a família. Autonomia de vida, poucas situações, é a partir normalmente dos quinze para se autonomizarem e poderem.... É porque há bases e porque há uma construção a nível educativo, social, habitacional, que permite que não seja necessário, no fundo, acolher as crianças em âmbito residencial. É verdade que às vezes é necessário, e às vezes até é necessário para a própria família. Mas concluindo, o acolhimento residencial apresenta três processos ativos em dois mil e vinte e três. Isto pode ser motivo de alguma satisfação, digamos, mas também pode, no próximo ano ou neste ano, os números podem mudar radicalmente e podem as coisas tornar-se diferentes. No entanto, o quadro que nós temos é este, e a realidade a que temos de atender é esta, porque é aquela que se nos depara neste relatório. -----

----- Relativamente a “Processos Trabalhados-Arquivamentos”:

----- Os que transitam, são os que transitam de um ano para o outro.-----

----- Os reabertos, são os que foram arquivados, mas houve necessidade de reabrir (era desejável que isso não acontecesse, mas acontece... e não é uma questão de culpa, é uma questão factual), aumentou bastante (agora que estou a reparar... já tinha reparado, mas agora estou a sublinhar essa questão da reabertura), cinquenta e cinco, oitenta e dois, duzentos e vinte. A ideia

era remover o perigo no tempo indispensável à proteção da criança ou do jovem. E, a ideia é o perigo ficar removido e se possível a Comissão não precisar de intervir novamente. Porque nós também, devemos só atuar quando é necessário, não devemos trabalhar processos em que não exista perigo para as crianças e jovens... e o trabalho da Alargada também é o de prevenir a comunidade, sensibilizando e organizando, criando eventos, e conferências, e debates e reuniões, que nos ajudem a reduzir estes números e a compreender as causas da sua existência.-----

-----Nós também quando trabalhamos um processo de promoção e proteção temos várias possibilidades. A exigência é proteger a criança com o consentimento dos pais. Esse é o nosso objetivo e a nossa tarefa. Mas depois temos várias formas de encerrar o processo: quer arquivar liminarmente, porque não houve sequer intervenção, que é ali onde vocês veem “Arquivamento Liminar vinte e um/ dois C”: não há perigo, não é preciso intervir, as entidades estão a atuar, é uma situação esporádica... enfim, vários exemplos, várias situações distintas. Não é necessário atuar, arquivamento liminar. -----

-----Noventa e oito/ número um: houve intervenção com consentimento da família (porque isso é exigência legal, fora os casos de extrema urgência, que é o noventa e um da lei, mas não estou a contemplar isso agora aqui). -----

-----Erradicação do Perigo – foi removido o perigo. -----

-----Duzentos e noventa e três, foi removido o perigo, foi arquivado. Não temos processos, ou não é desejável, que tenhamos processos de crianças que não estão em perigo. -----

-----Arquivamento após medida – a medida surtiu o seu efeito, é o seu objetivo para remover o perigo – trinta e cinco. -----

-----Jovem atinge a maior idade – nós não acompanhamos maiores, fora naqueles casos que eu vos referi, nós só acompanhamos... é uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, não é de adultos.-----

-----E, depois, residência fora do território nacional – A Comissão Portuguesa de Crianças



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e Jovens, aplica-se só a residentes, ou a crianças que se encontrem em território nacional. O princípio remessa a outra comissão, a competência não é de Oeiras porque a criança não reside cá. É remetida à Comissão correspondente. -----

----- Subsidiariedade – é remetida a uma entidade que acompanhe: ou ao centro de saúde, à escola, ao CAFAP. O CAFAP é um Centro de Acompanhamento Familiar e Parental, que pode acompanhar, não é necessário o processo estar em acompanhamento na CPCJ. -----

----- Procedimentos de urgência – não tivemos nenhum. -----

----- É assim, por vezes são as entidades em si a aplicar. A polícia... Eu tinha acabado de dizer para os meus colegas que não tínhamos nenhum, e a polícia bateu-nos à porta a dizer que precisava de aplicar um procedimento de urgência, nós colaboramos. Mas a verdade é que em dois mil e vinte e três não precisamos de aplicar... sem o consentimento da família não precisamos de atuar. As vezes que atuámos foi com o consentimento da família. O procedimento de urgência nem necessita do consentimento da família. É uma retirada urgente do perigo. -----

----- Remessa a tribunal – nós remetemos quando não temos o consentimento, ou quando não temos meios que nos permitam... meios no sentido da capacidade, porque não há consentimento da família, ou porque não há colaboração, ou porque não respondem, não contactam. Remetemos cento e sessenta e dois, não há problema e não tem de haver qualquer reserva em relação à remessa de processos para tribunal, porque o tribunal é o órgão competente. O Ministério Público representa os direitos das crianças. -----

----- Portanto não é um ponto negativo. -----

----- Apensação a processos judiciais – isso é detalhe. -----

----- E depois, no fundo, a conclusão é simplesmente um obrigado. É a segunda vez que cá estou, com muito gosto, e se for o caso, se a Senhora Presidente assim o entender, ou a Assembleia, fico disponível para alguma questão que possa existir.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, pela sua apresentação. -----

-----Eu vou agora recolher a indicação de quem pretende intervir...”-----

-----**O Senhor Rui Esteves, Presidente da CPCJO**, referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, se me permite só uma pequena... Porque o ano passado aconteceu que eu não consegui responder de forma, pelo menos para mim, satisfatória, porque acumularam-se muitas questões. -----

-----Pedia-lhe, se possível...”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

-----“... Não juntar tantas?...”-----

-----**O Senhor Rui Esteves, Presidente da CPCJ**, respondeu o seguinte:-----

-----“Não juntar tantas, sim.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Ora bem, eu vou ver as pessoas que estão inscritas, a ver se falta alguém: António Moita (IN-OV), Fátima Filipe (PS), Celina Mendonça (IN-OV), David Ferreira (EO), Paula Neto (IN-OV), Sónia Gonçalves (PSD) e Francisco O’Neill (CH). -----

-----Mais alguém que eu não tenha tomado nota?... Carlos Coutinho (CDU). -----

-----Então o Senhor Doutor quer responder como? Duas a duas?...”-----

-----**Alguém interveio, mas como o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Pronto... Vamos ver o tipo de intervenções, também...”-----

-----**Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** é o primeiro, faz favor.”-----

-----**O Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Quero começar por cumprimentar o Senhor Presidente da CPCJ, e agradecer-lhe o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

facto, de mais uma vez estar aqui e esta apresentação que nos fez. E devo dizer que para mim foi útil porque não sou (muito longe disso) perito nestas questões. Tenho alguma sensibilidade nestas questões, mas não mais do que alguém que acompanha o fenómeno com preocupação, mas de longe.-----

----- E, portanto, esta informação que aqui nos trouxe é uma informação, obviamente útil, mas fiquei com a sensação de que era, basicamente (tirando este último quadro), quantitativa. Ou seja, a preocupação que eu tenho quando olho para uma entidade como esta Comissão, e como o conjunto de entidades que a compõem (teve a oportunidade de escrever como é que a Comissão é composta), eu gostava de ter uma avaliação mais qualitativa, dos resultados da intervenção que a Comissão tem. E, essa intervenção, qualitativa, podia ser feita desde logo, que é um elemento que aqui também não temos, bem sei que cada caso é um caso, bem sei que não é possível comparar casos que surgem em realidades muito distintas, mas, não era mau (e nestas coisas normalmente acontece), podermos ter uma avaliação da diferença que há de resultados, ou da diferença que há de casos que são suscitados, relativamente a outros concelhos, designadamente, concelhos que aqui estejam próximos e cuja realidade seja conhecida de todos nós, ou que seja uma realidade comparável. -----

----- Era bom perceber se em Oeiras três por cento, sendo embora muito porque cada caso que acresce é sempre um caso preocupante, mas dois a três por cento provavelmente não será algo de... ou será algo que compara bem com o fenómeno que existe um pouco por todo o país. E, portanto, essa comparação, ou esse tipo de análise, parece-me que era importante e pedia-lhe se nos podia dar alguns dados relativamente a isso, ou caso isso não seja possível, em apresentações futuras essa componente pudesse começar a constar.-----

----- A segunda questão que lhe queria colocar, tem a ver com a apresentação dos dados, ou dos processos que transitam de ano para ano. Porque eu fiquei com a percepção, provavelmente mal, de que os processos que se passam de umas idades para as outras, como teve a oportunidade

de nos apresentar, dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três, eu fiquei com a sensação de que aqueles que estão num determinado escalão etário, são provavelmente os mesmos que vinham em dois mil e vinte e três, provavelmente eram os mesmos casos que estavam no escalão etário inferior em dois mil e vinte e um. -----

-----Eu queria-lhe perguntar se esta perceção é uma perceção correta, ou se há aqui uma disparidade grande de casos, e os casos não são os mesmos? Porque, se a realidade for de que os casos transitam de ano para ano, permanentemente, até que perfaçam a idade de dezoito anos, há qualquer coisa aqui que não vai funcionando. Eu creio que não é assim, mas gostaria de ter a sua explicação sobre este caso. -----

-----Por último, gostaria que nos desse conta daquilo que tem sido a colaboração, designadamente, com a Câmara Municipal de Oeiras, porque é a entidade que fiscalizamos, qual a colaboração, dos elementos que são indicados por esta Assembleia Municipal, têm prestado? E que nos fizesse, digamos, um balanço daquela que é a atividade da Comissão a que preside, e de quais são, basicamente, as necessidades que aponta como mais evidentes, e de que forma é que esta Assembleia Municipal, na sua ação de fiscalização da Câmara Municipal e de propostas de recomendações permanentes à Câmara Municipal, pode ajudar a que a Comissão funcione melhor e que aborde estes casos, que são casos que, obviamente, nos preocupam a todos de uma forma mais ativa, ou ainda mais ativa, e de forma a que cada caso em que a CPCJ tenha intervenção possa ser fechado, não pelo simples arquivamento, mas porque identificamos como um caso de sucesso, em resultado da intervenção que teve. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Posso mais um?” -----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----- “Senhora Deputada Fátima Felipe (PS), faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Fátima Filipe (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente e Executivo, senhoras e senhores deputados, munícipes presentes e online, senhoras funcionárias de apoio a esta Assembleia. -----

----- Em nome do Partido Socialista começamos por agradecer a presença do Senhor Presidente da CPCJ de Oeiras nesta Assembleia, e a apresentação feita do Relatório de Atividades de dois mil e vinte e três. -----

----- A CPCJ de Oeiras tem o âmbito de intervenção territorial num dos concelhos com indicadores económicos de rendimentos das famílias e das empresas, dos mais favoráveis no contexto nacional. -----

----- Exige-se por isso, que o Relatório anual tenha em conta esse enquadramento e aprofunde e relacione as ocorrências e sinalizações com os contextos de risco e de perigo onde as crianças e jovens se encontram. -----

----- Do ponto de vista político queremos realçar e questionar se é sabida a razão para: ----

----- a tendência de crescimento de processos “reabertos”? -----

----- para o facto de a “exposição à Violência Doméstica”, registar um aumento no conjunto das diversas tipologias de perigo sinalizadas; veja-se que em dois mil e vinte a exposição à Violência Doméstica representava trinta e dois por cento do total de sinalizações, em dois mil e vinte e três representa trinta e oito por cento. -----

----- Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente. -----

----- Tal como no Relatório do ano anterior, sublinhamos mais uma vez que consideramos que a “Análise sobre a atividade da CPCJ de Oeiras” pressupõe muito mais do que a “Atividade Processual”, uma vez que esta última reduz a importância da Análise da Atividade, que deve constituir, verdadeiramente, a centralidade deste Relatório, devendo para isso haver uma leitura

dos dados e do seu significado, que voltamos a não encontrar neste Relatório. -----

-----Gostaríamos, que no documento constassem elementos de contextualização do agregado familiar, (tipo de família, escolaridade, rendimentos) dos casos sinalizados onde foi necessário a intervenção da CPCJ. -----

-----Entendemos que os relatos destes processos, porque falam de famílias, de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, risco e perigo, deveriam ter a indicação do tempo médio que decorre entre a sinalização de uma ocorrência e o seu diagnóstico, bem como o tempo decorrido entre a decisão da medida de promoção e proteção, o início do seu acompanhamento, bem como das diligencias efetuadas. -----

-----Terminamos com um apelo a que Vossa Excelência, o Senhor Presidente, possa, no futuro próximo, oferecer um Relatório, onde as famílias, crianças e jovens em risco, sejam o centro de uma análise mais contextualizada, com interpretação dos dados mais finos, referentes às sinalizações trabalhadas, que decorrem do meritório trabalho da Comissão Restrita.-----

-----Disse.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV), faz favor.”-----

-----**A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde Senhor Doutor Rui Esteves.-----

-----Eu queria fazer uma intervenção... Nós todos sabemos que muitos dos problemas das crianças são detetados quando as crianças entram na escola e frequentam a escola no seu dia a dia, com conversas com os professores, ou os professores também notam que há ali qualquer coisa que não bate certo. E face a esta primeira frase, eu questionava qual é a assiduidade que a CPCJ tem na ida às escolas do nosso Concelho? É semanalmente, mensalmente, outra? Quantas vezes se deslocam a cada escola, obrigatoriamente, por ano letivo?-----

-----Acho que era importante saber quais são as escolas mais visitadas e que tipo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

intervenção executam quando entram numa escola, falam primeiro com a diretora? Falam com a professora? -----

----- Eu gostava de saber um bocadinho sobre isso, porque o que eu ouvi aqui foi muitos números, mas eu gostava mais de saber a vossa ação nessa matéria que é muito importante.-----

----- Tenho dito.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Quer responder já a estas três questões?-----

----- Faz favor.”-----

----- O **Senhor Rui Esteves, Presidente da CPCJO** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Bem, agradeço as questões de todos vós.-----

----- Responder em primeiro lugar ao Senhor Deputado do Partido Social Democrata...”-

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Rui Esteves, Presidente da CPCJO**, retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “... IN-OV, peço desculpa... pareceu-me ler... peço desculpa...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O **Senhor Rui Esteves, Presidente da CPCJO** retomou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “... peço desculpa. Eu recorrijo, do IN-OV, peço desculpa... foi lapso meu, peço desculpa...-----

----- Portanto, dados quantitativos, resultados... a parte qualitativa... No Relatório que foi remetido, por escrito, aos senhores deputados está, digamos, não de forma exaustiva, mas está algo

que... se tiver a oportunidade de voltar a ler ou de voltar a consultar, tem algo mais do que, digamos, este elencar de dados quantitativos. -----

-----É verdade, e é importante sublinhar esse aspecto e também não vos surpreenderá a vós, porque, na verdade, conhecem bem o Concelho, na verdade representam o próprio Concelho, que é um Concelho que prima pela boa qualidade das suas infraestruturas e das suas, digamos, dinâmicas existentes no tecido do seu próprio território. Portanto, é evidente que, por diversos fatores que não me cabe a mim analisar, que essa circunstância é uma mais-valia para a proteção e a defesa dos direitos das crianças. -----

-----É bom ter em conta que as situações de perigo que dizem respeito às crianças não se reportam exclusivamente a situações de crianças em situação de carência económica, ou de vulnerabilidade social, porque há situações de perigo que não dizem respeito de forma alguma a essas características, a essas circunstâncias da vida. No entanto, um Concelho que tem um rigor de... claro que há sempre coisas a melhorar e claro que há coisas que, provavelmente, vocês sabem melhor do que eu, os senhores deputados e os presentes, mas isso ajuda muito a que as coisas corram melhor com as crianças, e que as crianças tenham mais acesso à saúde, mais acesso à habitação, mais acesso a instrução por parte dos seus familiares, às boas escolas, acesso até a parques infantis, equipamentos educativos... Portanto, essa multiplicidade de respostas contribui, sobremaneira, para a proteção também e a valorização dos direitos das crianças. Portanto, comparando... não posso fazer uma análise... a Comissão Nacional de Proteção de Crianças terá dados que lhe permitirão fazer uma análise detalhada e até rigorosa, eu não poderei fazê-lo, mas poderei dizer, e digo, que existem, digamos, condições para que as crianças sejam normalmente, protegidas de forma adequada. -----

-----Agora, há que fazer? Há. -----

-----De que forma? As várias entidades em primeiro lugar terem, e terão, mas ter ainda mais sensibilidade e competência para a proteção dos direitos das crianças e jovens, porque na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

verdade são seres indefesos, e, por vezes os seus familiares, os seus pais, até podem não ter tido oportunidade, não quer dizer que isso seja desculpável, eu estou simplesmente a dizer que poderá existir casos em que os pais não tiveram capacidade de compreender como é que se educa bem uma criança, ou de que forma é que se protege bem uma criança. -----

----- Mas, respondendo concretamente, penso que os números são... embora existam, e eu disse, mil sinalizações em média, e existem casos complicados, estão cá também os presidentes de junta de freguesia, todos vós, claro sabem isso, mas, temos condições para fazer um bom trabalho, e continuar a evoluir e a melhorar. E perceber o que é que é preciso melhorar também porque há alguns números que subiram, digamos, um pouco. -----

----- Portanto, em relação a processos de ano para ano, queria esclarecer... a pergunta parece simples, mas não é, e a resposta vou tentar que seja simples. Os processos têm um tempo de avaliação. Portanto, quando uma situação é verdadeiramente grave, nós devemos atuar com uma celeridade muito considerável. Se a situação não é tão grave assim, e existe colaboração por parte da família, nós podemos fazer uma avaliação e um acompanhamento mais faseado no tempo.

----- O que a lei prevê são os seis meses de avaliação com vista à aplicação, ou não, de medida de promoção e proteção. Portanto, procura-se que esse tempo não seja excedido e, por isso é que temos a fiscalização do Ministério Público e as reuniões, e os técnicos, alguns deles que não vêm da área da promoção e proteção, portanto, precisam também de um tempo para se prepararem para uma adequada proteção às crianças, e isso acontece. A Comissão Restrita com as dificuldades que todas elas têm, mas penso que consegue dar uma resposta minimamente... não é minimamente adequada, uma resposta adequada às situações das crianças. -----

----- Portanto, normalmente não transita de ano para ano, se transita é porque tem medida, ou pontualmente, porque os seis meses correspondem à passagem da idade de três anos para quatro anos, por exemplo. -----

----- Para concluir, penso que a resposta ao Senhor Deputado do IN-OV, o balanço da

Câmara Municipal. Tenho experiência, individualmente, também posso falar individualmente, embora esteja aqui na qualidade de representar uma instituição, que é a CPCJ de Oeiras, passei por outras comissões que normalmente não têm os meios que a de Oeiras tem. Isto também é factual, portanto, temos meios a nível logístico, financeiro e administrativo, que é aquilo que está contemplado na lei, e que corresponde e até por vezes excede.-----

-----E mesmo da parte dos colaboradores, não diretamente da Câmara, também digo, mas também os outros das associações ou das instituições e da... digamos, a composição no seu todo da Comissão Alargada e Restrita da CPCJ, por regra é composta por técnicos com qualidade e com uma boa entrega e com dedicação a esta área sensível. -----

-----Portanto, o que é que pode melhorar? Pode melhorar, nós entendermos em conjunto, porque é que estes números existem e como é que podemos reduzi-los. É isso que pode melhorar, seja aqui no Concelho de Oeiras, ou em qualquer outro, para que, felizmente há condições para fazer um bom trabalho e penso que é justo dizer que é feito um trabalho adequado, mas é necessário melhorar e é isso que nos cabe compreender como. -----

-----Portanto, em relação depois à Deputada do Partido Socialista, que está também presente na Comissão, Fátima Filipe, que saúdo... Relatório mais detalhado, tendência de crescimento... Os relatórios, é assim, os relatórios podem ser verdadeiramente (e talvez devam ser) detalhados, mas o essencial é espelhar a proteção que é feita, e a prevenção que é feita ao longo do ano pela CPCJ. -----

-----É claro que o Relatório pode e deve... e eu acolho o comentário como acolhi o ano passado, procurei, com a colaboração também dos meus colegas, melhorar este aspeto do Relatório, mas não nos podemos esquecer (e eu não digo isto como alerta, digo apenas para lembrar) que o Relatório espelha a proteção das crianças e dos jovens num âmbito protetivo da Restrita e preventivo da Alargada. -----

-----Portanto, o conteúdo do Relatório é a proteção das crianças e são as crianças. É essa a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ideia que eu penso que é importante ressaltar. -----

----- Sobre uma leitura mais interpretativa... Aqui a questão do contexto agregado, a Comissão Nacional tem dados que permitem uma análise mais detalhada a nível de emprego, ou situação laboral da família, etc., mas no Relatório da CPCJ não me parece o local adequado para detalhar a tipologia das famílias, porque, como vos digo, as famílias podem ser, digamos, completamente... terem todos os meios económicos para promover um excelente acompanhamento aos seus filhos, e às crianças que compõem o seu agregado familiar ou à sua família, e não o fazerem. Existem fatores de perigo que não reportam absolutamente nada à carência económica, ou à vulnerabilidade. Pode querer dizer, sobretudo, outro tipo de questões por vezes, até por questões de saúde e de debilidades de saúde dos próprios pais, ou de consumos, etc., etc... -----

----- Mas penso que a Doutora Fátima Filipe o que disse, essencialmente, foi isso.-----

----- Nós temos também conversado muito, porque a Doutora Fátima está nas nossas reuniões, portanto, vou avançar. -----

----- Sobre agora, não quero errar, do IN-OV também, a Deputada do IN-OV que colocou, sobretudo, em relação às escolas. Nós temos cinco grupos, esses grupos que compõem a Alargada foi uma, digamos, uma redefinição da sua composição: é o grupo de saúde, da comunicação, da justiça, da família e da educação, precisamente. -----

----- O grupo de educação tem e cabe-nos a todos, e isso está previsto no nosso plano de ação, ir às escolas. Nós vamos muito para assinar acordos de promoção e proteção através da representante e também através dos elementos da educação, que são três na Restrita. Nós vamos muito às escolas para assinar acordos de promoção e proteção com os encarregados de... com os diretores, com os professores. Quando existe acompanhamento de Psicologia nas escolas, e há Agrupamentos que têm essa resposta, que é excelente ter uma equipa multidisciplinar para o acompanhamento das crianças e jovens, nós reunimos e, por vezes, assinamos os acordos (várias

vezes) juntamente com as escolas e há da parte da representante e também dos restantes colegas, uma proximidade, digamos, muito regular às escolas, quase diária, é a minha resposta. -----

----- Mas em relação à Alargada, o grupo da educação fez várias iniciativas, até elencamos as iniciativas aqui no Relatório, fomos a diversas escolas, trabalhamos com muita proximidade ao Agrupamento de Carnaxide/Portela. Também a Conde de Oeiras vai renovar... já estivemos na reunião para renovação do selo protetor, e queremos renovar também... renovar ou iniciar, o selo protetor, que é um selo que garante... é um selo simbólico, mas também no fundo, é uma política pública de infância e juventude, que reforça que a escola está qualificada e dotada de defesa dos direitos das crianças. -----

-----Receção aos alunos juntamente com as juntas de freguesia e com a Câmara Municipal, a todos os alunos do primeiro ciclo do Município. E de algumas escolas inclusive também escolas de índole privada, como a Oeiras International School, e outras.-----

-----Portanto, penso que, embora seja necessário manter e até aprofundar a proximidade aos estabelecimentos educativos, isso tem sido feito.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Vamos então a mais um grupo.-----

-----Senhor Deputado David Ferreira (EO), faz favor.”-----

-----**O Senhor Deputado David Ferreira (EO)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Cumprimento-a a si, e na sua pessoa a todas e a todos os presentes. -----

-----Cumprimento também o Doutor Rui Esteves, e agradeço-lhe a sua apresentação efetuada.-----

-----Hoje temos a missão de apreciar o Relatório anual da CPCJ de Oeiras deste ano, dois mil e vinte e quatro, ou seja, referente ao trabalho desenvolvido no ano transato, e o respetivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

plano de ação para este ano. -----

----- A minha primeira observação que faço é exterior ao Relatório, como todos fomos informados existiu uma renúncia do cargo de uma das representantes desta Assembleia na Comissão Alargada da CPJC, respeitamos a sua escolha, mas neste momento gostaria de saber quais são os procedimentos regimentais que devemos tomar perante esta situação. -----

----- A minha pergunta é: iremos eleger um novo representante? Ou caso seja essa a via, como parece lógico, quando é que estará prevista essa mesma votação? -----

----- Como sabemos os órgãos políticos devem acima de tudo assegurar a autonomia das CPCJs perante o poder local, dotar a entidade das competências, dos meios humanos e das infraestruturas necessárias para o bom funcionamento da entidade. -----

----- Quando olhamos para este Relatório percebemos que existem algumas falhas: -----

----- a primeira é a própria estrutura do Relatório, que está mal formatado, pelo menos o Relatório ao qual eu tive acesso estava mal formatado, parece-nos um Relatório fraco, que deixa muita estatística em falta, fundamentalmente a estatística que nos ajudaria a perceber se o trabalho da CPCJ tem sido bem conduzido e se este tem incidido com a devida prontidão. No nosso entendimento falta colocar neste Relatório o dado mais importante que poderíamos ter para avaliar o trabalho, falo claro, dos tempos de resposta da atuação da CPCJ, em momento algum neste Relatório temos uma indicação desses tempos de resposta. Quanto tempo demoramos a intervir nas várias situações? Existem áreas de intervenção onde temos que melhorar esse tempo de intervenção primária? Quais são os entraves a isso? -----

----- São estas as perguntas que gostaríamos que estivessem plasmadas neste Relatório. ---

----- Outra falha estatística é a análise localizada e os fatores que levam a que certas freguesias tenham mais casos per capita, aliás a única estatística geográfica é mesmo a distribuição percentual dos casos por freguesia, que nem faz muito sentido tendo em conta as diferenças demográficas do nosso Concelho, mesmo assim com a famosa regra de três simples cheguei a um

número que é no mínimo alarmante, tanto para a CPCJ como para o poder político, cerca de três ponto sete por cento das crianças de Porto Salvo têm um processo iniciado na CPCJ. Esta freguesia está muito acima da média comparado com as outras, e precisamos de saber os motivos, e quais as condições de trabalho da CPCJ na freguesia de Porto Salvo. -----

----- Mas ao contrário daquilo que o IN-OV também defendeu aqui hoje pelo Senhor Deputado António Moita (IN-OV), não me parece logico começar a comparar processos de vários concelhos, até porque temos diferenças demográficas, temos diferenças socioeconómicas e não me parece que o trabalho da CPCJ deva realizar-se em regime de competição com os concelhos vizinhos. --- -----

-----Por fim, gostaria de agradecer o trabalho de todas e todos aqueles que diariamente lidam com estes processos, o vosso trabalho é fundamental, mas precisamos de um relatório mais robusto para entender o que falta fazer, entender nas características de cada freguesia, e entender também as ferramentas que são precisas para dotar a CPCJ de mais autonomia. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Cumprimento-a si, e na sua pessoa cumprimento a Mesa, Senhor Vice-Presidente, senhoras deputadas, senhores deputados. -----

-----Cumprimentar e agradecer a apresentação do Senhor Presidente da CPCJ. -----

-----E começar por dizer que tinha aqui uma pergunta que já foi feita, enfim, de outro modo, mas já foi feita, que é: qual é o tempo que decorre entre a sinalização e a primeira abordagem à família?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Presidente, respondeu que considera este tempo adequado... Portanto, para além dos seis meses legais, o que é que considera adequado? Esta era uma pergunta que eu gostava de ver respondida.-----

----- E qual o tempo que decorre entre esse contacto e a aplicação da medida?-----

----- Gostaria ainda de lhe perguntar se considera haver alguma dificuldade no funcionamento da CPCJ a que a Câmara Municipal possa dar mais apoio para agilizar a ação da CPCJ Restrita?-----

----- Dizer ainda que considerando que o tipo de risco mais observado é a violência doméstica, dizer que é importante que no Município as políticas de igualdade de género sejam efetivas. E dizer que é necessário, também, a nível nacional que haja mais empenho nestas matérias. -- -----

----- Por fim, dar os parabéns à conferência que aí vem no dia dezoito de abril no Taguspark, no âmbito das comemorações sobre os cinquenta anos do Vinte e Cinco de Abril “Olhares sobre os direitos das crianças”, que conta com uma muito distinta Comissão de Honra.-----

----- Disse, Senhora Presidente. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faz favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez a seguinte intervenção:** -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Começar por agradecer ao Senhor Presidente da CPCJ, Doutor Rui Esteves, mais uma vez, e a sua presença e a sua disponibilidade.-----

----- Analisado o Relatório que hoje nos faz chegar, dizer que, denotamos algumas melhorias face ao Relatório do ano passado. Alguns dos nossos reparos, foram atendidos, o que

nos deixa satisfeitos. É agora mais fácil compreender alguns dos dados referidos nomeadamente quanto às percentagens dos números apresentados em termos de casos sinalizados, casos acompanhados, idades das crianças, contextos, etc. -----

-----Contudo, se bem se recorda, referimos no ano passado que considerávamos fazer falta ao relatório, então apresentado, uma introdução de enquadramento. -----

-----Ora, essa introdução agora existe, mas não podemos deixar de manifestar a nossa estranheza quanto a algumas referências que são feitas e as quais não compreendemos. Vejam-se os segundo, terceiro e quarto parágrafos da Introdução. Ora, não conseguimos compreender a ideia aí refletida, o elemento causa efeito entre a guerra e a afetação negativa da defesa dos direitos das crianças e a promoção do seu superior interesse. -----

-----Em que é que Vossa Excelência se baseou para fazer estas afirmações? Algum estudo que nos esteja a escapar? É que efetivamente esta afirmação parece-nos totalmente desajustada. -

-----Sétimo paragrafo da Introdução: -----

-----Este parágrafo parece-nos confuso na medida em que existe, como sabemos, uma diferença entre processos sinalizados e processos acompanhados. Do que nos é dado a ler, no presente Relatório, verifica-se a ausência de uma análise do acompanhamento das situações por parte da CPCJ, não permitindo, portanto, concluir que o “acompanhamento seja atento, próximo, empático...”, como refere a própria introdução. -----

-----É nosso entender que a atividade processual, se cinge a isso mesmo, a uma mera apresentação da atividade processual, onde figuram apenas os processos trabalhados, instaurados, reabertos e transitados, ao invés de ser feita uma análise, por exemplo, sobre o tempo médio entre a sinalização e o diagnóstico e a decisão da medida, e entre esta última e a implementação da intervenção/accompanhamento por parte da Comissão Restrita. A nosso ver, e lançamos-lhe o repto, o Relatório seria muito mais rico se estes aspetos tivessem sido levados em conta.-----

-----Por seu turno, concordamos com o parágrafo que retrata as responsabilidades da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

comunidade e das forças vivas do Concelho. Esta dinamização, dentro da CPCJ, cabe à Comissão Alargada que trabalha na prevenção primária e com entidades com competência em matéria de infância e juventude. Nesse sentido, o Plano Local de Promoção e de Proteção de Crianças e Jovens em Risco é fundamental, assim como um diagnóstico infanto/juvenil que esteja a montante deste plano. A interdependência da Comissão Alargada e Restrita é óbvia, tanto mais que se a primeira levar a cabo uma ação adequada e conseqüente, mais se verificará uma diminuição de sinalizações e de medidas a serem trabalhadas na Comissão Restrita. -----

----- Em relação à articulação da CPCJ com outras entidades valeria a pena uma avaliação da representatividade da CPCJ e os fluxos de comunicação desta com redes de intervenção existentes no nosso território, bem como com as entidades de saúde e educativas o que a nosso ver compromete claramente a atividade da CPCJ no seu todo. -----

----- Como já referimos, em relação à atividade processual apresentada neste Relatório, esta fica aquém de uma verdadeira análise. É antes uma caracterização da atividade processual e não a análise do trabalho levado a cabo pela CPCJ nomeadamente na Comissão Restrita. -----

----- Olhemos para algumas das tabelas apresentadas neste Relatório. Tabela número sete: Não encontramos qualquer interpretação ou leitura crítica do quadro em causa sendo apenas apresentados números absolutos e relativos. -----

----- Tabela número nove: Referente às entidades sinalizadoras. Justificar-se-ia, a nosso ver, um aprofundamento das razões subjacentes ao desfasamento entre os números de sinalizações da PSP e as Escolas e Entidades da Saúde. Como é que estas entidades de primeira linha (as Escolas e as Entidades de Saúde) têm uma tão fraca sinalização? Constituirá esta fraca sinalização, algo de errado na articulação ou comunicação? -----

----- A ausência de uma análise diagnóstica da CPCJ, do tipo SWOT em que se elencassem os pontos fortes e fracos, as forças e oportunidades da atividade da Comissão Alargada e da Comissão Restrita, inviabilizam, no nosso entender, pistas futuras sobre o caminho da atuação da

CPCJ de Oeiras.-----

-----Em suma, é-nos difícil perceber, do ponto de vista prático, a execução deste Plano de Atividades que agora apreciamos, numa comparação entre o que deve ser feito, o que está planeado, e do que foi executado, com a respetiva avaliação. Aqui a descrição é inimiga da avaliação e é a avaliação que nos permite corrigir e melhorar e fazer tudo o que está ao nosso alcance para salvaguardar o real e superior interesse das nossas crianças.-----

-----Muito obrigada!”-----

-----O **Primeiro Secretário, Senhor Deputado Rui Miller**, disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Deputada.-----

-----Senhor Deputado Francisco (CH), tem a palavra.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:

-----“Excelentíssimos membros da Mesa, uma vez que está ausente a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, senhores vereadores, colegas deputados municipais, excelentíssimo Senhor Presidente da CPCJ, caros munícipes, as minhas mais cordiais felicitações, em nome do Partido Chega.-----

-----Uma reflexão apenas, quanto ao Relatório de Avaliação das Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras e não só.-----

-----Após uma análise minuciosa deste Relatório e de inúmeros outros, laborando a minha pessoa na área do Direito das Crianças e Família, é inegável constatar que a delinquência juvenil não emerge do nada aos dezasseis anos. E que são considerados a partir dos dezasseis anos conforme referenciou o Senhor Presidente, e bem, aos dezasseis anos penalmente imputáveis. Da mesma forma, os atos que a lei penal classifica como crimes, não surgem abruptamente aos doze anos, momento em que os jovens passam a ser abrangidos pela Lei Tutelar Educativa, conforme sabe.-----

-----Nestes casos, os jovens são frequentemente vítimas de uma comunidade que, no seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

todo, falhou em sua responsabilidade de guarda e acompanhamento. Todos nós falhamos.-----

----- O Estado, por sua vez, falha em proteger as crianças e jovens, em garantir efetivamente o seu direito à educação e em estabelecer uma estrutura justa para os profissionais envolvidos, além de não ajustar as suas remunerações de forma adequada e de não abrir concursos de admissão em tempo hábil. -----

----- Contudo, a culpa nasce, sem dúvida nenhuma, na própria família, no seu exemplo e na sua envolvimento. E não dos jovens, muitas vezes apelidados como delinquentes. -----

----- O direito à segurança e à educação deve ser concretizado, e o Estado tem o dever de cumprir suas obrigações de acordo com o estipulado no artigo vinte e nove da Convenção dos Direitos da Criança. -----

----- Somente assim se respeita a condição da criança como ser humano, especialmente vulnerável e necessitando de proteção e educação, conforme determina o artigo número dezasseis, número dois, da Constituição da República Portuguesa, que estabelece, que os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.-----

----- Vejo, a título pessoal, e como profissional, neste Relatório muita matéria técnica, mas vejo muito pouco humanismo. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Não sei se quer responder a este grupinho?” -----

----- **O Senhor Rui Esteves, Presidente da CPCJO** referiu o seguinte: -----

----- “Passando, ou saltando... Não me cabe a mim responder à parte do elemento que pediu a demissão como representante da Assembleia Municipal.-----

----- Passando para a questão seguinte, do Deputado do Evoluir, penso que está correto...

Portanto, a questão dos tempos de resposta, vou responder a esta questão de uma forma muito elementar: se a situação é verdadeiramente urgente é imediatamente para contactar a polícia e fazer visita domiciliária. Se a situação... claro que nós nunca temos a certeza absoluta de nenhuma das situações até avaliarmos, não é. Portanto, mas nós recebemos uma sinalização que tem, digamos, no seu conteúdo, mostra que há perigo iminente para a vida ou para a integridade física ou psíquica grave que comprometa a criança a esse nível, é para imediatamente contactar a Polícia de Segurança Pública e fazer visita domiciliária, ou então contactar imediatamente os pais e convocá-los à Comissão. Esses são os casos, digamos, mais urgentes e mais preocupantes.-----

-----Depois existem outros (inúmeros) porque como vos disse, são mil e noventa e uma sinalizações anuais. Temos todo o tipo de situações, todo o tipo de idades, todas as circunstâncias familiares... Há padrões, os padrões existem. Penso que um dos objetivos também seria contribuir para a transformação do não protelar dos padrões de desproteção, e do colocar das crianças em perigo por negligência, ou por fatores diretos ou indiretos dos pais em relação às crianças.-----

-----Mas a atuação é imediata quando se trata de uma situação urgente. O nosso contacto com a Polícia de Segurança Pública é diário, e com o Ministério Público, como vos disse também... no fundo é essa a questão. -----

-----Em relação... conjugando um pouco esta questão do Senhor Deputado com outra mais à frente, que é a questão do tempo de avaliação. Eu não sei se me fiz entender de forma incorreta, mas eu não quis dizer que acho adequado, os seis meses, é o legislador que é sábio na letra da lei que existe. Portanto, nós temos de respeitar a lei e considerar, neste caso, que os seis meses é o tempo que nos é dado para a atuação.-----

-----Nos casos urgentes atuar de imediato. Nos casos em que é necessário uma avaliação com a família, com as instituições, com as escolas, com a saúde, com os tios, com os avós, com os primos,... se for necessário, a intervenção também deve ser adequada a remover a situação de perigo não é, digamos, não devemos protelar a nossa avaliação até quase extenuar tanto os técnicos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

como a família, só se houver perigo é que nós... Portanto, seis meses para avaliar, nas situações mais urgentes não esperar os seis meses, evidentemente. Desejavelmente aqui a Assembleia Municipal tem esta competência de acompanhamento e tudo isso. E a fiscalização cabe ao Ministério Público, e no que diz respeito à Comissão, a fiscalização tem sido semanal e presencial por parte do Ministério Público, os prazos nós tentamos que a celeridade, normalmente, seja adequada à proteção. Por vezes, é necessário esperar mais um pouco e ver se há uma margem também de transformação e de mudança, e nos comportamentos dos pais e da família, e daqueles que estão ao seu redor, para que haja margem para uma alteração de comportamentos que contribua também para a remoção da situação de perigo. -----

----- Portanto, cada caso é um caso, a letra da lei é a que é, é a que existe, e nós tentamos, digamos, cumprir com os tempos adequados e sobretudo, proteger de forma articulada com as outras instituições, embora nós estejamos no segundo nível de intervenção, mas nada nos impede, pelo contrário, é adequado, a articulação com as entidades existentes no território. -----

----- Em relação aqui, e sem querer também alongar-me demasiado nas respostas, mas cabe-me responder, as crianças de Porto Salvo. Em Porto Salvo o número é mais elevado, porque, enfim, nós temos representantes, que não são representantes obrigatórios, são colaboradores também da Junta de Freguesia de Porto Salvo, por regra temos todas elas, e também, é como eu vos disse, é verdade, e sabem em detalhe outras faces da realidade que eu não acompanho tanto, porque a minha área de intervenções, é sobretudo, esta das crianças e jovens, e a situação de perigo em que se encontram, que estão ligadas à educação, à saúde, e tudo isso, mas penso que também, se calhar, deve haver uma atenção... Eu queria deixar uma nota também, sobre existir processos na Comissão. Eu tenho tentado desconstruir esta ideia por onde passo... não é necessariamente mau ter um processo ativo na CPCJ, a criança se necessita de apoio, e está numa situação de fragilidade, e precisa de especialistas, ou de técnicos, que têm capacidade pela sua formação e pelas suas competências, para acompanhar e apoiar a família no ultrapassar dessa situação de risco ou de

perigo, não me parece que seja negativo. Prefiro, perdoem-me esta..., mas é sincera, prefiro uma criança em situação de perigo com processo na Comissão, a nossa que esteja a ser bem acompanhada por outras instituições, do que uma criança em perigo que não está sobre os olhos de ninguém.-----

-----Portanto, não estou a tentar fugir às questões, estou a responder, mas estou a responder de uma forma que eu penso que é correta. É preciso estar atento porque é que há mais, mas também perceber as várias faces da realidade.-----

-----Em relação a... o tempo adequado, respondi. O apoio da Câmara Municipal, eu já reforcei. O que é que poderia haver mais? Talvez na vossa competência, e no vosso poder de sensibilização e de atuação, a saúde ter uma presença mais efetiva, falo aqui de forma aberta também em relação a outras comissões, e na de Oeiras, a representação na saúde nunca é cem por cento, é sempre só dois dias por semana, três. É verdade como referi, não tem problema dizer, que foi com uma conversa com o Doutor Rafic, que era o anterior Diretor Executivo do ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) que houve um reforço por parte de um elemento médico, mas que nós não temos ainda... também houve uma reestruturação agora no que diz respeito à saúde, mas gostava que, se possível, houvesse esse apoio da saúde estar representada de forma mais plena na CPCJ e não de forma tão parcial.-----

-----As políticas de igualdade... qualquer política que diga respeito aos direitos humanos e que diga respeito à defesa dos direitos humanos, afeta positivamente a criança, porque a criança também... os direitos da criança ou das crianças e dos jovens, também se enquadram no quadro dos próprios direitos humanos.-----

-----A questão da Senhora Deputada do Partido Social Democrata, questão da guerra, eu só achei necessário, e obrigatório, referir o contexto atual, o quadro atual em que nos encontramos na nossa, digamos, na nossa vida quotidiana, da existência de várias guerras, de abrimos a televisão e termos sempre guerra. Portanto, alguém que tenha um filho e que vai jantar em casa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

abre a televisão, seja a que horas for, é bombardeado constantemente com uma situação absoluta de desrespeito pelos direitos humanos, e pelos direitos da criança em particular, e isso afeta diretamente as crianças no choque... Claro que a comunicação social tem o dever de informar a comunidade, e os cidadãos. Mas, eu não quis deixar de tocar, porque o Relatório diz respeito a este ano, este ano, infelizmente, é um ano em que este contexto é um contexto real e permanente, infelizmente, portanto, não quis deixar de deixar essa nota, mas não é esse, evidentemente, o ponto central do Relatório. -----

----- Penso que, no essencial... Em resposta ao Senhor Deputado do Chega, o humanismo. A nossa atuação tem de estar sempre subjacente ao humanismo da nossa própria atividade, porque é impossível trabalhar nesta área sem humanismo. É só aquilo que... de resto eu concordo com aquilo que disse.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Doutor, muito obrigada.-----

----- Vamos para mais quatro intervenções, e são as últimas.-----

----- Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU)** referiu o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Boa tarde a todos.-----

----- Queríamos agradecer o Relatório e a apresentação que fez.-----

----- Dizer que este trabalho parte do geral para o particular, bem cita o artigo sessenta e nove da Constituição, e refere, explicitamente esse artigo, que: “As crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão, e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições”. E, o Relatório acaba também, na nossa perspetiva, bem, com uma citação do Senhor Juiz Armando Leandro, quando diz: “Sem qualidade de vida na infância,

não existe dignidade na vida”. -----

-----Nós pensamos que é uma boa forma de iniciar e de terminar este Relatório, e esta exposição, sendo certo que passámos depois pela tipologia dos perigos, e há perigos que percentualmente são muito mais pesados do que outros, particularmente os dois primeiros, a exposição à violência doméstica, e aos comportamentos de risco. -----

-----E, no nosso modesto entender, porque somos políticos, e não somos técnicos como os Senhores, gostaríamos de referir que ficamos preocupados quando disse, que em relação ao primeiro não tinha a resposta, que gostaria de ter as respostas adequadas para identificar e limitar as causas, ou erradicar as causas se possível. Eu parece-me que na continuação da sua exposição, disse, e bem, na nossa opinião, que “vamos continuar a evoluir e a melhorar”, e o próprio Relatório traz aqui um ciclo de debates, de conferências, que podem e devem procurar as respostas, Senhor Doutor, por si só não consegue assumir a responsabilidade de as anunciar, porque, de facto, não as tem. -----

-----A nossa recomendação, a recomendação da Coligação Democrática Unitária, vai neste quadro de referência em que a Câmara Municipal de Oeiras dá todos os meios, e foi também referida na sua exposição, os meios necessários e suficientes para fazer um trabalho, o mais aprofundado e o melhor possível, que se enfoque no debate desta tipologia de perigo dominante, com debates com técnicos que possam, de facto, identificar e ajudar aquilo que vocês também aqui dizem, que é a vossa missão. E é o próprio Presidente da Comissão que chama aos seus trabalhadores “heróis incansáveis”. E ao serem heróis incansáveis é porque estão disponíveis para... conhecendo bem as causas que levam a essa chaga da violência doméstica, com a ajuda de outrem, com o apoio da Câmara, fazer os debates, tanto quantos necessários, para aprofundar e resolver as causas. Porque as causas devem ser muitas, devem ser de muita natureza, devem ter muita responsabilidade das políticas nacionais, particularmente nas questões económicas e nas relações sociais que afetam também os municípios aqui em Oeiras, apesar de sermos um Concelho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que tem índices económico-sociais elevados em relação ao resto. -----

----- Mas, de facto, era importante fazer a política que estamos aqui a fazer de uma forma séria, tão séria, com este debate, para evidenciar e identificar as causas que levam a estes perigos para as crianças. Porque, de facto, não devemos ficar pelos meios termos, temos que assumir a verdade, temos de ser claros, temos de ter honestidade intelectual para perceber que as origens dos perigos, a esfera de responsabilidade é muito partilhada, e muito alargada, e também a administração central. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Quero, desde já cumprimentá-la a si e à Mesa, o Senhor Vice-Presidente, às senhoras vereadoras e aos senhores vereadores, aos senhores presidentes de junta e de união de juntas, às senhoras deputadas, aos senhores deputados, e a quem nos ouve.-----

----- Quero também cumprimentar o Doutor Rui Esteves, pela sua presença.-----

----- De facto, as crianças são o melhor do mundo. E, permitam-me iniciar esta intervenção, que terá duas partes: a primeira com questões muito concretas em relação aos números apresentados, e a segunda com uma análise mais a fundo da CPCJ, mais política.-----

----- Permitam-me citar um provérbio africano: “É preciso uma aldeia para educar uma criança”, e basicamente, na CPCJ que é uma instituição que está num limbo. Muitas vezes, entre a realidade e os tribunais, há situações, direi cinzentas, que são enviadas para a CPCJ, porque nem são criminais... enfim, que Vossas Excelências fazem um trabalho de tentar integrar estas crianças numa aldeia.-----

-----Porém, Senhor Presidente, perante o Relatório apresentado, eu como Deputado Municipal, não me sinto com as condições mínimas para desempenhar a minha função. -----

-----A Assembleia Municipal, desempenha um papel vital na fiscalização das atividades da CPCJ. Permita-me dizer, não há mais ninguém que vos fiscalize (só se houver uma transgressão da lei ou algo a nível superior), mas como Deputado Municipal, para mim, esta missão é a mais importante, não só porque as crianças são o melhor do mundo, porque também sou pai, e porque entendo, tanto as crianças, como os idosos são, de facto, os mais desfavorecidos da sociedade. ---

-----Portanto, Vossas Excelências têm a missão de garantir a proteção, a promoção dos direitos das crianças e jovens de forma eficaz. A nós, compete-nos uma supervisão orçamental.--

-----Eu perguntei ao Senhor Presidente, da última vez que cá estive, se a Câmara provinha todas as necessidades? O Senhor Presidente disse que sim. Aliás, tenho a certeza (nessa altura, isto ficou por dizer), o Senhor Presidente disse que os recursos são finitos. Pois em Oeiras, tenho a certeza que politicamente para a sua missão, os recursos são infinitos. Tudo o que o Senhor Presidente precisar, a Câmara, tenho a certeza, irá providenciar.-----

-----O segundo aspeto que a Assembleia Municipal deve fazer em relação à CPCJ, é a avaliação dos Relatórios e Planos de Ação. Planos de ação nenhum foi apresentado, e o Relatório, depois de desenvolverem melhor, é apenas quantitativo, estatístico, não tem nada qualitativo, nem sequer tem processos de avaliação de como a Comissão tem funcionado, quer funcionar e deve funcionar. - -----

-----A questão da prestação de contas e as questões, fica metade. Estamos aqui a levantar as questões, as prestações de contas deixo para outros colegas meus que são mais exímios nessa área. -----

-----Iniciativas e recomendações: esta Assembleia, esta Casa... e devo dizer, Senhor Presidente, que tenho a certeza que a partidarite e a luta política não entram nestas questões, que é outro ponto importante, tenho a certeza que nesta área estamos todos em uníssono e com uma só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

voz. Bom, iniciativas e recomendações terá muitas, eu vou-lhe deixar algumas. -----

----- E a Representação da Comunidade que, naturalmente, nós fomos eleitos pelo povo e estamos aqui a representá-los... -----

----- Agora, vou lhe colocar questões concretas. -----

----- Houve, de facto, um aumento de processos, e isto tem que ser melhor explicado. Não foi um aumento ligeiro, foi um aumento de dez por cento. Isto tem que ser melhor explicado ou compreendido. Note, Senhor Presidente, não estou aqui... isto não tribunal, eu estou preocupado.

Houve um aumento de dez por cento, grosso modo, isto tem que ser melhor explicado, porquê. --

----- Houve um aumento de processos reabertos. Senhor Presidente, no meu entendimento quando um processo é reaberto é porque não ficou bem resolvido. E também foi um aumento significativo, isto tem que ser explicado. -----

----- Depois, Senhor Presidente, permitam-me com toda a lealdade política, mas com a minha preocupação, houve aqui uma afirmação da sua parte que tem que ser muito bem explicada: quando os números demonstram que em dois mil e dezanove, havia, salvo erro, onze casos dos zero aos dois anos, e agora passou a haver quase cem casos (estou a dizer de cabeça), não se pode... isto, chama-se em estatística, os números fantasmas. Não me vai querer dizer que não houve abusos a crianças dos zero aos dois anos, só porque havia Covid. Houve, não foram sinalizados. E, portanto, há que ir atrás deles. Este é um ponto fundamental. Naqueles números quando eu vi dois mil e dezanove, dois mil e vinte, não havia casos sinalizados, não é que não houvesse abusos, quer dizer, existiram, e, portanto, temos que ir atrás do prejuízo aqui. Essas crianças agora terão três ou quatro anos, isso estará refletido nessa faixa etária. -----

----- Depois, também constato como positivo que os casos (presumo que é positivo) dos dezoito aos vinte e um anos diminuíram, portanto, a ausência de casos é sempre importante. -----

----- O Deputado David (EO), disse aqui uma questão, que também surgiu logo, mas ele permita-me, viu só um lado da moeda, eu olhei é para os dois. O Senhor Deputado olhou para

Porto Salvo, eu também vi logo Porto Salvo (aliás, que são números assustadores), mas também vi Carnaxide, que está nas antípodas. Portanto, Senhor Presidente, há que explicar, porque é que há esta disparidade em Porto Salvo, e por outro lado, seguir o exemplo de Carnaxide. Porque eu devo-lhe dizer, Senhor Presidente, que em Carnaxide estão cinquenta por cento dos bairros sociais de Oeiras, quarenta e oito. Portanto, nem sequer há aqui uma relação direta... Há, pelo menos dois territórios TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) em Oeiras, são territórios educativos, de intervenção especial que são precisamente: as escolas das comunidades do Bairro dos Navegadores, e as escolas de Outurela/Portela. Portanto, há aqui que perceber (e depois chegarei ao final da minha intervenção, dando-lhe essa sugestão), esta dinâmica de sucesso que há em Carnaxide, sucesso, enfim, de melhoramento, e perceber onde é que a podemos aplicar. -----

-----O que está bem deve ser seguido e temos que entender esta realidade. -----

-----Depois, Senhor Presidente, há aqui uma sugestão que eu lhe dou, tive vergonha, e já é a segunda vez. Quando me aparece aqui que as sinalizações da autarquia e das freguesias são nulas, zero, uma, duas...é pá, tirem isso do Relatório, desculpe, quer dizer... Eu compreendo que não possa ser essa a função de uma autarquia, tenho a certeza que as autarquias e as freguesias, tudo fazem, mas quer dizer para pôr aqueles números vai para a categoria de outras, ou outras entidades, agora por constantemente, um indicador que é nulo, portanto, é desprestigiante, é desprestigiante para as autarquias. -----

-----Depois, quero-lhe dizer, que também me preocupei muito.... Eu já tinha a consciência de que, e sabia que, de facto, a escola era o grande farol e sinalizador, e segundo apurei, quase vinte e cinco por cento dos casos são sinalizados pela escola. Mas, mais de cinquenta são sinalizados pela PSP. E quando um caso é sinalizado pela PSP, já a coisa está muito mal, porque já houve uma ocorrência criminal, ou não, ou uma desordem pública... Portanto, quando a PSP intervém, não vou dizer que já é tarde, mas já é mais tarde do que quando há uma sinalização de um vizinho, de um familiar, ou duma comunidade educativa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Depois, não queria deixar também de reforçar, que temos que perceber porque é que houve um aumento da violência, dos casos de violência doméstica, tentar perceber. -----

----- Naturalmente, Senhor Presidente, vocês têm todas as limitações. Agora, só com este tipo de relatório não conseguimos nem uma pista, nem o Sherlock Holmes conseguiria perceber de onde é que isto vem, quer dizer, é que eu como Deputado fico inquieto, fico com a responsabilidade, sinto uma “Espada de Dâmocles” em cima da cabeça. Porque essa é a minha responsabilidade, é perceber o que é que eu posso (não estou aqui para destruir, estou aqui para construir, estou aqui para criticar positivamente, estou aqui verdadeiramente preocupado com a vossa missão) ... porque é que aumentou neste parâmetro? -----

----- Tal como é brilhante ter diminuído o absentismo escolar, é notável. Se calhar é fruto, lá está, como diria o Senhor Presidente Isaltino Morais, “lá está”, é fruto de políticas autárquicas, será? Ou de políticas do Ministério da Educação? Quer dizer, temos que analisar. -----

----- Porque, de facto, a escola é o elevador social, a escola é a chave, ou uma das chaves que pode abrir a porta da aldeia para educar a criança. -----

----- Depois, apenas por curiosidade (não sei se tem condições de me responder, se existem dados), por curiosidade política e social, perceber se há alguma análise em relação aos imigrantes que nós aqui temos. Eu denoto que há, de facto, e bem, porque os imigrantes criam riqueza e vêm trabalhar, e são pessoas honestas na sua maioria, mas são pessoas mais desprotegidas. Eu confesso-lhe que não tenho dados se há muitas crianças de imigrantes, mas há um dado que eu tenho, têm nascido muitas crianças, filhos de imigrantes em Portugal. E, portanto, queria perceber, pelo menos... penso que este Relatório deve começar a contemplar essa área. -----

----- Depois há aqui uma última questão que lhe quero colocar, que também me preocupou no que disse, quando disse (mas eu aí admito que pode ser totalmente ignorância minha, admito) que houve um aumento de sessenta por cento de casos que foram remetidos para tribunal. Tal como o Senhor Presidente disse, porque não houve identificação, não houve consentimento...

Senhor Presidente, mas não deixa de haver responsabilidade política, social... Se não está na esfera da Comissão, nós temos outras áreas na Câmara que podem acudir a essas situações. A minha questão é, “envia-se para tribunal está resolvido”, isso para mim é que não pode nunca, nunca ser uma resposta. -----

-----Depois para finalizar, queria-lhe deixar aqui então dois pontos. -----

-----Não entendo, como é que não há neste Relatório, uma ligação, um parágrafo, uma dimensão, com o trabalho que é feito nos chamados territórios TEIP, que eu já referi, portanto, os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. -----

-----Não entendo, e entendo muito menos, como é que não há uma integração da vossa ação sem o Contrato Local de Segurança. Não vejo neste Relatório aquilo que os técnicos, os brilhantes técnicos e dirigentes da Câmara, fazem ao nível do Contrato Local de Segurança (CLS). Porque o Contrato Local de Segurança, cruza precisamente nestes dois territórios de Porto Salvo, o Bairro dos Navegadores, e na Outurela/Portela, onde está cinquenta por cento da habitação social, cruzam-se e intercetam-se as vossas missões.-----

-----E, por último... e esta Senhor Presidente é mesmo mais que uma recomendação, é uma exigência que eu tenho como Deputado. Eu não gosto de estrangeirismos não vou usar a palavra SWOT, vou usar a palavra FOFA, é urgente, necessário, imperioso, que a Comissão de Proteção de Menores entregue uma análise FOFA da organização. -----

-----O que é a análise FOFA? São as Fortalezas (ou Forças), são as Oportunidades, são as Fraquezas e são as Ameaças. Este é um instrumento que é usado... o Senhor Presidente está-se a rir, mas olhe, acredite que eu não acho piada nenhuma. Porque esta análise SWOT, ou FOFA, é usado... olhe, pelo CLS, olhe, por outras comissões de proteção de menores, olhe por qualquer empresa deste país. Eu para saber, poder avaliar com justiça, com justeza, com independência e com dados, o trabalho da Comissão de Proteção de Menores, eu tenho que ter uma análise FOFA. Quais são os pontos fortes? Quais são as oportunidades? Quais são as fraquezas? Quais são as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ameaças? - -----
----- Portanto, Senhor Presidente, e desculpe-me, de facto, estou emocionado, porque como
lhe disse, isto para mim é um assunto que é o mais importante de todos aqueles que eu tenho como
responsabilidade. Só considero um igual, é a parte dos idosos. Portanto, crianças e idosos são, de
facto, os mais desfavorecidos.-----
----- Portanto, para que tenhamos uma ferramenta para entender, o ambiente interno e
externo da CPCJ, para permitir uma análise abrangente da situação atual e, sobretudo, perceber
quais são as vossas estratégias e planos de ação para o futuro.-----
----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----
----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
----- “Senhor Deputado José Montezo (IN-OV), faz favor.”-----
----- **O Senhor Deputado José Montezo (IN-OV)** referiu o seguinte: -----
----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----
----- Na sua pessoa a todos cumprimento. -----
----- Eu tinha aqui algumas perguntas que queria fazer, do ponto de vista político, ao Senhor
Presidente, não me aliando, obviamente, que sou Comissário da Comissão Alargada, e gostaria
também, embora isso não apareça espelhado em parte nenhuma do Relatório, mas a Alargada tem
feito um trabalho fantástico, nomeadamente junto das escolas, com os grupos de trabalho que estão
constituídos.-----
----- Isto por vezes, o facto de não estar reportado, não quer dizer que a CPCJ, e
nomeadamente a Alargada, à qual eu pertenço, mas eu não estou nessa área, tem trabalhado. ----
----- Dizer também, que é meu entendimento do ponto de vista político, e acho que é comum
a todos, todos nos preocupamos com as crianças, a começar pelo Município de Oeiras que sempre
o fez. -----
----- Eu tenho cinquenta e dois anos, ou três, de Município, e lembro-me, que sou um adulto

contemporâneo, e por questões logísticas e económicas, eu cheguei a fazer as vacinas no Município, porque o próprio Município pagava as vacinas que hoje o Serviço Nacional de Saúde nos dá, porque, na altura, à época, não tinha resposta. -----

-----Dizer também, que a CPCJ é um órgão independente, não é um órgão municipal. Tem que nos apresentar um relatório enquanto deputados municipais, mas não tem que prestar contas do seu modus operandi, isso é o Município que tem que esclarecer.-----

-----Já foi dito aqui, que o Município dá para além daquilo que está obrigado, para além daquilo que lhe compete, porque efetivamente o foco são as nossas crianças, e são as crianças do nosso Município.-----

-----Não querendo justificar nada, porque também não tenho esses dados, mas uma das coisas que eu aprendi foi na questão das sinalizações, e não quero com isto que justifique seja o que for, porque infelizmente, os números são o que são, são frios, mas aquilo que me é dado a conhecer nas reuniões que eu participo na Alargada, é que um caso, por exemplo, que haja violência doméstica em Paço de Arcos, em que está marido e mulher, e as crianças estão com os avós, por exemplo, na Guarda, ou na Covilhã, ou no Algarve, são também sinalizadas e são também estatisticamente contabilizadas.-----

-----Não estou à procura do Wally, não ando à procura de respostas. Mas, do ponto de vista da intervenção política, há uma pergunta que eu tenho que fazer ao Senhor Presidente da CPCJ que é: as nossas crianças, em Oeiras, estão ou não estão devidamente acompanhadas? Estão devidamente protegidas? E os processos são acompanhados em tempo útil, ou não?-----

-----Isso, enquanto oeirense, enquanto Deputado Municipal eleito pelo IN-OV... que é isso que me preocupa: se a CPCJ dá resposta a estas questões?-----

-----E nada mais tenho a dizer sobre a minha intervenção.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----**O Primeiro Secretário, Senhor Deputado Rui Miller, disse o seguinte:**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), tem a palavra.” -----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:**

----- “Muito obrigada, Senhor Vogal em substituição da Senhora Presidente. -----

----- Senhor Vice-Presidente, senhoras e senhores deputados. -----

----- Queria aproveitar para deixar aqui três ou quatro notas que nos parecem importantes do ponto de vista político. -----

----- Uma primeira nota, é de que o Presidente da CPCJ tem como papel, a defesa e o acompanhamento daquilo que são as políticas públicas de proteção da infância e dos jovens no Concelho. Ou seja, o seu papel, não é exclusivamente um papel técnico, é um papel de acompanhamento das políticas públicas. Razão pela qual o Relatório deve refletir aquilo que são as análises da implementação dessas políticas públicas. -----

----- Como o Senhor Presidente percebeu, há alguma unanimidade nas intervenções de que o Relatório não vai ao encontro daquilo que são as necessidades de resposta desta Assembleia Municipal. E pese embora, o seu pedido e o acordo inicial com a anuência desta Câmara de que fosse possível fazer, ou responder, em blocos às perguntas, a verdade é que, mesmo assim, os deputados reiteraram, os deputados e as deputadas reiteraram, incansavelmente, as perguntas feitas inicialmente e até agora, elas efetivamente não foram respondidas. -----

----- Dizer-lhe também, que relativamente aos dados sociodemográficos que considera que não devem estar no relatório, não consigo perceber isso do ponto de vista académico, nem científico, porque todos os relatórios têm sempre uma caracterização sociodemográfica, que é com base nessa caracterização que conseguimos perceber se as medidas que estão a ser aplicadas são, ou não são, razoáveis. -----

----- Depois, lembrar-lhe que a Senhora Deputada Maria de Fátima Filipe (PS) fez lhe três perguntas, que não foram respondidas por si.-----

-----A primeira é: qual é a razão para a tendência do crescimento dos processos reabertos?

-----A segunda é: dado que a exposição à violência doméstica regista aumento, qual é que é a razão que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a razão, ou razões, que encontra? Quais são as razões? Porque não basta a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens conversar, como o Senhor Presidente disse, sobre o tema. É preciso encontrar respostas às questões que estão colocadas, e que vos são colocadas, pelos dados que vocês próprios têm. -----

-----Em terceiro lugar, dizer-lhe também, que a Senhora Deputada Maria de Fátima Filipe (PS) perguntou: qual era a indicação do tempo médio que decorre entre sinalização de ocorrência, o seu diagnóstico, bem como o tempo decorrido entre a decisão da medida e a promoção de proteção? -- -----

-----Se o Senhor Presidente responde perante isto, porque respondeu a várias deputadas e deputados sobre esta questão, que a lei tem métricas, tem limites, tem indicações daquilo que é, como disse, adequado, se a Comissão Restrita tem esses dados, a pergunta que se faz e que se impõe é: porque é que esses dados não estão no Relatório? E era uma pergunta que eu também gostaria de ver esclarecida, porque todos aqui fizeram essa questão, e efetivamente ela não foi respondida. -----

-----Em último lugar, ou ainda antes de... A última pergunta que lhe quero acrescentar é: há um aumento significativo de casos reabertos, vinte e um, cinquenta e cinco, em vinte e dois foram reabertos oitenta e dois, e em vinte e três, foram duzentos e vinte. Mesmo sabendo que há reabertura, que o facto de haver este número não significa que as sinalizações estejam completamente adequadas, ou seja, que corresponda verdadeiro risco da criança, mesmo sabendo isso, a verdade, é que mais do que duplicou. E isto, cruzando com os dados do arquivamento liminar que foram, em vinte e três, duzentos e noventa e três, a pergunta que se coloca é, qual é a relação que existe entre casos reabertos e os dados que foram arquivados liminarmente?

-----E o que é que isso significa? Significa que, efetivamente, na sua perceção, ou se vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ter algum grupo de trabalho que possa responder a isto, na sua perceção, se há relação entre estes dados. -----

----- Termino, Senhor Presidente, dizendo-lhe o seguinte, a linguagem quando abordamos politicamente as questões, é muito importante. E a sua linguagem, que representa a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, é mais ainda. E o Senhor Presidente vai-me desculpar a minha chamada de atenção, mas “meninas e meninos” é uma expressão que já não pode ser usada em Portugal. Utiliza-se, “raparigas e rapazes”, porque “meninas e meninos” é pejorativo. Deve saber disso, acompanha com certeza, aquilo que é a evolução da linguagem na área da igualdade de género, e, portanto, agradecia-lhe que da próxima vez, tivesse isso em consideração. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente...Portanto, terminaram as intervenções... -----

----- Senhor Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, quer usar da palavra? --- -----

----- Então faz favor, para depois o Doutor Rui Esteves responder. -----

----- Faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** referiu o seguinte: -----

----- “Excelentíssima Presidente, Excelentíssimo Vice-Presidente, caros vereadores, caros deputados. -----

----- Quero em primeiro lugar, agradecer a presença do Doutor Rui Esteves, pela excelente apresentação que nos trouxe aqui. Quero dar-lhe os parabéns a si, e a toda a sua equipa, pelo excelente trabalho que realizam no vosso dia a dia, um trabalho muito humano, de muita proximidade com situações muito críticas, muito problemáticas. Eu conheço bem o vosso trabalho, vocês trabalham em sintonia connosco, com o nosso Gabinete de Ação Social, com os gabinetes

de ação social e com os técnicos das outras juntas de freguesia, e também com os técnicos do Município de Oeiras. E todos nós temos a perceção de que realizam um excelente trabalho. -----

-----Obviamente que, em todos os projetos há margem para melhorar, mas tal como apresentou aqui no Relatório, e bem, é visível para todos que vocês têm poucos recursos. A obrigação dos municípios em Portugal no que diz respeito às CPCJs é apenas garantir os espaços, e os materiais. O Município de Oeiras vai mais longe, vocês têm técnicos do Município de Oeiras, eu sei que há uns anos atrás, a União de Oeiras atribuiu, doou alguns bens, materiais, informáticos, nós também já disponibilizamos esse apoio. E temos a noção de que vocês precisam de mais apoio.

-----Agora, o que eu fico muito surpreendido por parte de todas as bancadas aqui presentes, é que nenhuma bancada mencionou que iria falar com os seus companheiros, com os seus camaradas, para darem mais apoio, para o Governo Central dar mais apoio às CPCJs do país. ----

-----Há aqui vários ministérios que estão envolvidos, e que têm um papel muito importante para o bom trabalho das CPCJs: o Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde, o Ministério da Administração Interna, da Solidariedade e Segurança Social, entre outros. -----

-----Já todas as bancadas, quase todas, fizeram parte de governos. Os partidos mais à esquerda, o Bloco de Esquerda, o Livre, o PS... nenhum tomou nenhuma medida relativamente a esta questão. Atualmente o PSD, em vez de exigir à CPCJ tudo o que exigiu, deveria falar com os seus companheiros, que agora estão no Governo, e pedir para darem mais apoio à CPCJ.-----

-----É com muita tristeza, e lamento o facto de nenhuma bancada ter-se pronunciado, e ter assumido a sua responsabilidade, no que diz respeito à CPCJ. -----

-----Caro Rui, mais uma vez, muitos parabéns a si e a toda a sua equipa. E da nossa parte podem continuar a contar com o nosso apoio.-----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Doutor, dá-me só... Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) pediu a palavra,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mas o Senhor... Vou-lhe dar um minuto.”-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** perguntou o seguinte:-----

----- “Porquê?”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

----- “Porque já terminou...”-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:--

----- “Ah, já terminei... Então eu coloco a questão, no intervalo, à Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS).-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** questionou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) quer usar da palavra?”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** respondeu o seguinte:-----

----- “Sim...-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- É só porque, talvez num bocadinho, um excesso de liberdade interpretativa do Senhor Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, mas dois, dos três partidos que ele citou, o Bloco de Esquerda e o Livre, nunca integraram formalmente nenhum Governo da República Portuguesa.-----

----- Queria só prestar este esclarecimento.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Doutor Rui Esteves, faz favor.-----

----- Queira fazer o favor de responder, portanto, ao último grupo de intervenções.”-----

-----O Senhor Rui Esteves, Presidente da CPCJO, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Bem, foram muitas questões, vou tentar ser telegráfico nas respostas. -----

-----Portanto, em relação ao PCP, a questão da violência doméstica, que foi também elencada por outros partidos... Eu penso... a minha área jurídica de Psicologia, penso que consoante a formação de cada um e também a sua experiência profissional, e não só, e pessoal, haverão várias formas de olhar para os fenómenos. Essa forma de olhar para o fenómeno tem muita subjetividade daquele que analisa o fenómeno. Portanto, algo que me tem preocupado, e nós conversamos bastante na CPCJ sobre este tema, quer na sua modalidade Alargada, onde já dedicámos uma conferência especificamente para este tema, quer também na Restrita, onde falamos semanalmente, diariamente sobre esta questão... Nós já temos encontros com a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) com a DGRSP (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais), com o Município, com o serviço de obstetrícia infantil, saúde materno infantil do São Francisco, com a Pedopsiquiatria e Psiquiatria do ACES... Portanto, nós já falámos com todo o tipo, e já analisámos... claro que nós podemos tentar detalhar isso como se fosse quase uma missão de investigação sobre as causas e os seus efeitos. Agora, a única coisa que eu queria deixar aqui, porque nós não estamos aqui no âmbito académico, nem no âmbito de dissecar ou particularizar apenas a questão da violência doméstica, queria alertar os senhores deputados e aqui a Assembleia Municipal de Oeiras para, o facto, que os números de violência doméstica continuam a subir, e é preciso... o esforço de todos não é suficiente para atenuar ou compreender este flagelo.

-----É aquilo que se tem verificado. -----

-----Poderia dar a minha... aliás, nós podemos ter várias formas de olhar para o fenómeno, é só aquilo que eu posso dizer.-----

-----A verdade é que a sensibilização, as conferências, uma abordagem, como eu disse, colaborativa com as famílias, capacidade de formação às próprias famílias... tudo isso pode contribuir para atenuar esta questão dos números de violência doméstica serem bastante elevados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Em relação ao Partido INOVAR, que eu penso que foi o segundo a colocar questões...
Queria clarificar aqui um ponto muito importante, e aqui tenho de me basear na lei, eu procuro que a minha, digamos, as minhas intervenções não sejam legalistas, ou positivistas do ponto de vista da lei, mas aqui é factual, a fiscalização cabe ao Ministério Público. É verdade que a Assembleia Municipal tem o poder fiscalizador em relação à Câmara Municipal, mas a Comissão é um órgão autónomo, não judiciário e independente em relação à sua atuação. Não depende, diretamente de nenhum órgão, seja ele qual for. -----

----- Existem é competências diversas em relação à atuação da CPCJ. O Ministério Público, tem a competência de fiscalização das comissões. É isso que está contemplado na legislação, nomeadamente na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. O que não invalida aquilo que o Senhor Deputado referiu, que eu só posso, tal como no ano passado, acolher e tomar nota no sentido de melhorar no próximo ano, tentando abarcar no relatório, muitos dos pontos que foram aqui referidos.-----

----- Queria também esclarecer em relação à Polícia de Segurança Pública, ou em relação ao número de sinalizações da Polícia de Segurança Pública. Não é evidente, e nem sequer é correto, dizer que a PSP sinaliza quando as coisas já estão em fim de linha, não. A PSP atua, são quinhentos e cinquenta e oito, penso eu, sinalizações por parte da Polícia de Segurança Pública das mais diversas, que pode ser, digamos, uma escaramuça entre alguém na via pública, que pode ser um episódio na praia, ou no parque infantil, que envolva crianças, que pode ser um processo de divórcio que envolva os pais, que pode ser a escola que chamou a Polícia... não é Municipal é a polícia que dá acompanhamento às escolas... a Escola Segura, para atuar, porque se for à porta da escola a competência não pertence à própria escola, pertence já à Polícia de Segurança Pública. Portanto, não é rigoroso dizer que a PSP quando sinaliza a situação já está no limite, não, por vezes não está. Há situações até entre sinalizações por parte, digamos, das autoridades policiais que até nem são situações de perigo. Até há situações de divórcio que originam sinalizações na própria

PSP que dão origem depois a uma comunicação de um processo de incumprimento, ou de divórcio, ou de responsabilidades parentais, que não diz respeito à promoção e proteção, mas que nos é encaminhado para verificar se efetivamente existe perigo ou não. -----

-----Portanto, é verdade que o número das sinalizações por parte da Polícia de Segurança Pública é muito significativo, e isso deve-nos deixar alerta e compreender o porquê. Mas não posso acolher, digamos, sem corrigir a questão dos dados da PSP serem, efetivamente, sempre de fim de linha que não é o caso. -----

-----Em relação à remessa dos processos para o tribunal, nós temos... o sistema é piramidal. A base do sistema, do modelo com que nós trabalhamos é a família e comunidade, e a partir daí as instituições com competência para proteger as crianças, e para promover o seu superior interesse, e depois sim as comissões. As comissões, como eu ressalvei no início desta minha resposta e intervenção, têm autonomia funcional e são um órgão independente, deliberam em comissão, têm um órgão colegial deliberativo, que pode até votar em relação às medidas mais adequadas. -----

-----Portanto, os processos são instaurados em sede de comissão. Os representantes decidem e o apoio dá parecer técnico, e depois os processos são instaurados, são aplicadas medidas... Isto é também para clarificar, e os senhores deputados não têm a obrigatoriedade, nem o dever, de conhecer os meandros da lei nem da atuação na CPCJ, porque, na verdade, salvo raras exceções, não pertencem à CPCJ. Mas, é muito difícil de perceber o tempo médio de aplicação de medida, pode haver casos em que se justifica uma avaliação de seis meses para perceber se é necessária a medida, e pode haver casos em que não... há casos em que é necessário aplicar logo uma medida, por exemplo, de acolhimento residencial. -----

-----Nós temos de nos congratular, ou pelo menos ficarmos satisfeitos, é essa a palavra, com o facto de em Oeiras não ser necessário aplicar muitas medidas de acolhimento residencial, pelo menos agora, digamos, nos tempos que correm (não estou a fazer uma análise histórica do fenómeno). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Se olharmos para outras comissões, essa realidade de acolhimento residencial é, digamos, por iminente. -----

----- As casas de acolhimento de crianças e jovens no nosso país estão cheias. Nós visitamos, por vezes casas de acolhimento no território da própria cidade de Lisboa, e as casas de acolhimento, a maioria delas, estão completamente cheias. -----

----- Portanto, nós não podemos, digamos, ficar excessivamente entusiasmados com o facto de não termos praticamente medidas de acolhimento residencial, mas devemos, lá está, tentar analisar o fenómeno. O factual é que temos pouco. E a análise é que talvez não seja necessário porque existem respostas na família, ou porque são garantidas condições para que as crianças a nível educativo, de saúde, familiar, social, de lazer, de espaços lúdicos de lazer do desenvolvimento da sua personalidade como seres autónomos também, e sujeitos de direito e de direitos, possam desenvolver as suas capacidades.-----

----- Portanto, é verdade que o Relatório e a nossa atuação... Isto no fundo, não tem fim, porque nós (penso eu, nem sequer vale a pena tocar nesse ponto), não conseguimos eliminar as situações de perigo, porque elas fazem parte, infelizmente, mas fazem parte da vida quotidiana dos seres humanos e não só. Podemos é ter mecanismos para analisar, mas sobretudo proteger e promover o superior interesse das crianças e dos jovens que é aquilo que nos cabe tratar aqui. ----

----- Em relação ao CLS, ou em tom de, “en passant”, em tom de nota, a Comissão esteve presente em reuniões do CLS e parece-me que... Esteve em várias e foi construído um plano local que está a ser levada a cabo, e que cabe ser levado a cabo, porque faz sentido que exista, e ele existe, e também vem no sentido com as sinergias do território, com uma articulação e atuação articulada pelas várias entidades que têm cada uma a sua competência, a da CPCJ não igual à da escola, porque a escola não pode aplicar medidas de promoção e proteção, a da saúde não é igual à da CPCJ porque nós não temos... temos enfermeiros e médicos, mas nós não podemos fazer um acompanhamento, nem sequer psicológico, “stricto sensu”, na CPCJ. Nós podemos fazer um

acompanhamento no sentido de, em colaboração com outras entidades e, sobretudo com a família e com as crianças e os jovens que também têm direito à participação, remover as situações de perigo que lhes sejam apresentadas na sua vida. -----

-----Para concluir, e queria sublinhar também o agradecimento que foi dado, eu próprio agradeço e manifesto também o meu prazer e a minha honra em estar presente. E procurar que aquilo que pode ser melhorado, possa ser melhorado, e se possível, no que for possível também com a vossa ajuda.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Doutor Rui Esteves. -----

-----Eu penso que toda a comunidade tem de agradecer às CPCJs o trabalho que têm e que desenvolvem. -----

-----Procuramos melhorar o seu desempenho dentro daquilo que é possível. E hoje, por exemplo aqui, foram feitas algumas sugestões. Mas, independentemente disso, eu penso que o trabalho é um trabalho difícil, e daí o nosso agradecimento. -----

-----Agradecer também, a sua disponibilidade em estar aqui este tempo todo a responder.

-----Eu iria ainda, passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente, faz favor.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Uma vez mais, Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados. -----

-----Apenas uma curta alocução. -----

-----Começando por agradecer ao Senhor Presidente da CPCJ a presença aqui hoje à tarde, e agradecer também a sua disponibilidade e a forma leal e empenhada como tem feito, ou desempenhado este cargo. -----

-----Dizer também, Senhor Presidente, que eu não gosto de relatórios justificados, não gosto de ver tudo direito. Também não gosto de estrangeirismos, mas acontecem na língua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

portuguesa. Naturalmente que eu estou, senhores deputados, dizendo que o Relatório é uma enorme evolução em relação ao ano passado, e uma evolução substancial, quer no relatório, quer no desempenho do cargo, em relação ao que estávamos habituados. Portanto, Senhor Presidente, começar por lhe dar muitos parabéns.-----

----- Depois dizer o seguinte, à porta das Nações Unidas está uma frase de um antigo Secretário-Geral chamado Dag Hammarskjold, que dizia que “As Nações Unidas não foram feitas para nos levar para o céu, foram feitas para nos salvar do inferno”. É mais ou menos isto que a CPCJ faz com as crianças em risco: salvá-las do inferno. E isso, Vossa Excelência e a CPCJ têm feito.-----

----- O apoio que o Executivo Municipal e que o Município de Oeiras têm dado à CPCJ de Oeiras ao longo do tempo é conhecido. Tentando substituir as falhas que os sucessivos governos da República têm deixado nas CPCJs. Porque o vazio nos lugares que não são muitas vezes... onde não são muitas vezes colocados os técnicos, têm sido objeto de preocupação e de colocação de pessoas nesses lugares por parte do Município. Portanto, da nossa parte, pode esperar todo o apoio.

----- Depois por fim, Senhor Presidente, queria chamar a atenção para dois ou três números interessantes.-----

----- Um muito importante, que tem a ver com a relação entre as queixas, as sinalizações e as medidas de proteção dos menores, porque o que está aqui em causa é a salvaguarda do superior interesse da criança, sendo meninos, meninas, rapazes ou raparigas, a terminologia (eu como não sou muito politicamente correto, nem sequer me preocupa, porque acho que é absurdo, é absurdo, chegarmos a esse ponto)... A relação entre as queixas, as sinalizações e as medidas de proteção tomadas, entre mil e noventa e uma queixas, sinalizações, e cento e vinte e três medidas, onze vírgula três por cento. Significa isto duas coisas: em primeiro lugar, a preocupação com o bem-estar das crianças, portanto, há sinalização. Depois, que em relação a essa preocupação, os casos não são assim tão graves. O que nos deve deixar tranquilos, apesar de que um caso apenas é

horrível, portanto, cento e vinte e três, já são muitos casos a mais, mas na relação a coisa não está assim tão má. Isso significa que há preocupação. -----

-----Depois, no fim, sobre os números da violência doméstica. Dizer, que passámos entre dois mil e vinte e um, e dois mil e vinte e três, de trezentos e quarenta e sete casos para quatrocentos e doze, um aumento de quinze vírgula sete por cento. -----

-----E com isto termino, Senhora Presidente. -----

-----Dizer que, nos últimos três anos, as vítimas de violência doméstica, acompanhadas pela APAV, pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, cresceu vinte e três por cento, nós crescemos quinze vírgula sete. Portanto, acho que mesmo assim, o crescimento é péssimo, porque um número a mais de violência doméstica, é sempre péssimo, horrível e abjeto. Mesmo assim, o crescimento que tanto nos preocupa é bem inferior à média nacional, o que está até explicado com tudo o que nós sabemos da depressão social e familiar que aconteceu durante a pandemia. -----

-----Termino como comecei, Senhor Presidente, elogiando a forma humana com que desempenha o cargo. -----

-----Os relatórios não são suposto serem humanos, humanas são as pessoas que fazem os relatórios, e a preocupação dessas pessoas. Os relatórios são feitos com factos, e é isso que é importante num relatório. -----

-----Portanto, Senhor Presidente, muito obrigado pelo seu trabalho e pela sua dedicação. Esperemos que continue empenhado, porque, em primeiro lugar, para estar nos lugares, é preciso querer. O seu lugar é muito desagradável. A sua missão é muito importante, mas o seu trabalho é muito desagradável. A realidade com que se confronta no seu quotidiano é muito desagradável. E era muito mais fácil fazer o papel inverso. -----

-----Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----**APRECIADO** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

----- INTERVALO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Bem, caros colegas vamos começar os nossos trabalhos. Eu não tinha visto o Senhor Vice-Presidente chegar e estava ali numa amável conversa.” -----

4.2. Apreciação da Proposta CMO N.º 121/2024 – GMA – relativa aos Relatórios e Contas do 2.º Trimestre e 1.º Semestre de 2023, da Oeiras Viva, E.M. (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Existe um parecer feito pela Comissão de Economia e Finanças e podíamos juntar os dois... já foi pedido?” -----

4.3. Apreciação da Proposta CMO N.º 122/2024 – GMA – relativa ao Relatório do 3.º Trimestre de 2023, da Oeiras Viva, E.M. (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Ponho à vossa consideração. Alguns dos senhores deputados pretende usar da palavra? Queiram fazer o favor de se inscrever. Quer? Senhora Deputada Anabela Brito (IL), Senhor Deputado António Moita (IN-OV) e Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH). Não há mais inscrições? Vamos começar então, Senhora Deputada Anabela Brito (IL) faz favor.” -----

----- A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o seguinte:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente. -----

----- Relativamente às matérias que vamos agora apreciar, verificámos com desagrado que

as contas de vinte/vinte e dois foram apresentadas com atraso. Isso foi já referenciado na Assembleia Municipal de doze de setembro de vinte/vinte e três.-----

-----Em vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e três, a Oeiras Viva enviou os relatórios do segundo semestre e do primeiro semestre de vinte e dois com erros. A informação corrigida só chegou a doze de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. Esta é uma situação que consideramos grave, verdadeiramente grave. Sabendo que a transparência e a responsabilidade são fundamentais para o bom funcionamento de uma empresa municipal. É inaceitável, e preocupante os atrasos reiterados. É necessário garantir a precisão e a pontualidade na informação financeira. Tais faltas comprometem a confiança dos munícipes na empresa. E comprometem a capacidade de tomada de decisões informadas por parte da Assembleia Municipal. Urge evitar que situações semelhantes se repitam no futuro, implementando procedimentos mais rigorosos de controlo interno.-----

-----Gostaríamos de saber quais as medidas corretivas que foram implementadas de imediato. -- -----

-----Lembramos que a transparência e a responsabilidade devem ser prioridades absolutas.

-----É essencial restaurar a confiança da comunidade na gestão desta empresa municipal e não esqueçamos que é com o dinheiro dos impostos dos oeirenses que a empresa funciona.-----

-----A Iniciativa Liberal defende a eficiência, responsabilidade fiscal e transparência no setor público. -----

-----Finalmente, tendo consultado o Relatório e Contas, gostaríamos que este não se limitasse a apresentar grandes números sem uma análise crítica dos resultados alcançados. Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Senhor Deputado António Moita (IN-OV) faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- É óbvio que numa altura em que praticamente estaremos em condições de avaliar a atividade da Oeiras Viva ao longo de todo o ano de dois mil e vinte e três, estar aqui a fazer uma análise parcial, seja do segundo trimestre, do terceiro e do primeiro semestre pode conduzir a conclusões que do meu ponto de vista, como aquelas que resultam da última intervenção, são conclusões precipitadas. E, confundir algumas questões de forma com a má aplicação de dinheiros públicos, também não me parece correto. Foi isso que aqui foi dito e eu não tenho dados que me levem a concluir nada de parecido com isso, pelo contrário. Tenho dados que me levam a concluir que a atividade da Oeiras Viva tem conhecido melhorias substanciais. Tenho dados que me levam a concluir que, mesmo do ponto de vista financeiro, a Oeiras Viva tem apresentado resultados positivos e ainda a explicação está dada para o resultado do semestre de dois mil e vinte e três, que não é positivo, mas como o próprio relatório explica, será contrabalançado pela celebração do Contrato-Programa com a Câmara Municipal. Portanto, acho que todos os indícios ou todos os indicadores são positivos e que nos levam a ter uma confiança grande no atual Conselho de Administração e não consigo concluir nada daquilo que ouvi na intervenção anterior relativamente à apreciação da documentação que nos é proposta. E, portanto, como digo, há uma evolução muito sensível na forma como a Oeiras Viva nos expõe as questões, na forma como a gestão tem vindo a ser feita e todos os indicadores, como digo, são indicadores positivos e mesmo a forma como está distribuída a apreciação, dividida em eixos fundamentais, eixos estratégicos é de fácil compreensão. É fácil perceber o sentido da orientação que a Oeiras Viva tem tido e a implementação que tem feito, como já se disse aqui hoje, das políticas que a Câmara entende prosseguir, sendo que a Oeiras Viva, como qualquer empresa municipal, como o Senhor Vice-Presidente teve a oportunidade de dizer hoje, é um braço da orientação ou das políticas públicas municipais e desse ponto de vista estamos em crer que a Oeiras Viva e o Conselho de Administração e todos os seus funcionários têm cumprido muito bem, desempenhado muito bem

a sua função e a apreciação que fazemos dos relatórios que nos são propostos, é uma avaliação que não podia deixar de ser positiva. Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH) faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, no que concerne à apreciação da proposta cento e vinte e um e cento e vinte e dois de dois mil e vinte e quatro da Oeiras Viva, começo por agradecer ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da Oeiras Viva, ao Senhor Doutor Rui Mourinha, a forma como recebeu a comitiva do Partido Chega em março, na sede da respetiva entidade. Tendo constatado e enquanto deputado do Partido Chega, uma gestão e ambição empresarial mais eficaz ao contrário da anterior administração da Oeiras Viva, ruínosa e sem qualquer critério de gestão face ao futuro. -----

-----Verificámos na atual Administração, por exemplo, a atribuição do Prémio das Cinco Âncoras à Marina de Oeiras. A satisfação dos seus funcionários com quem falámos merece o nosso reconhecimento, mais ainda quando o Partido Chega foi o único partido político nesta Assembleia Municipal a visitar presencialmente, na vigência de dois anos do novo mandato da Oeiras Viva, as instalações. Curiosamente, estranhámos a crítica quando nem conhecem de perto a empresa. -----

-----Contudo, quero realçar e indagar algumas considerações de dois mil e vinte da antiga Administração e certamente pendentes em dois mil e vinte e quatro em termos técnico/financeiros. Em sede de auditoria e tendo presente o ano dois mil e vinte na nota dez ponto dois e vinte e um, no que concerne às demonstrações financeiras da entidade, encontrava-se em curso um processo judicial contra a mesma cujo influxo e tendo presente a informação do advogado que acompanhava o processo e a avaliação efetuada pela gestão, foi considerado remoto. Tendo a entidade duas dívidas ao Estado no valor de duzentos mil seiscientos e um euros e quarenta cêntimos referentes a processos inspetivos mencionados na nota do ponto vinte e dois ponto cinco em dois mil e vinte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sobre as quais foram prestadas garantias como bem saberá o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras.-----

----- Perguntamos, enquanto Partido Chega, o legítimo esclarecimento quanto a membro deste órgão de fiscalização perante a situação processual à data de dois mil e vinte e quatro. -----

----- Verificamos ainda que as contas inerentes e que estamos aqui a falar, pronto, realmente existe uma diminuição das receitas e, sobretudo num aumento dos custos, não sendo, todavia, para nós alarmante face à estratégia financeira e de investimento que acompanhamos perante os dados esclarecidos pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração da Oeiras Viva na atualidade que muito dignifica Oeiras. Certo que a Oeiras Viva, não tende a dar lucro, apesar da sua grande potencialidade sendo uma entidade de cariz social muito importante para Oeiras. Disse.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra? Peço desculpa, tinha levantado o braço? Faça favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** disse o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Só queria dizer ao Senhor Deputado António Moita (IN-OV) se foi ou não foi pedido a retificação dos relatórios na assembleia de doze de setembro de vinte, vinte e três? Gostava também de lhe perguntar se não foi verdade também que essa correção só chegou a esta Assembleia em doze de fevereiro de vinte, vinte e quatro. Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) faz favor.”---

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente.-----

----- Vou retomar o início desta Assembleia Municipal em que pela voz do Senhor Deputado Jorge Rato (PS) dissemos que os Contratos-Programa, e é essencialmente sobre isto que

nos vamos debruçar nesta intervenção, só serão eficazes se corresponderem com realismo ao que se pretende de cada uma das empresas municipais e se a sua contratualização ocorrer em devido tempo para que dele se obtenha resultados no ano económico em que se aplicam. E, continua dizendo que se assiste a diferentes critérios quanto ao momento da celebração dos Contrato-Programa como se o objeto de cada empresa municipal sobrepusesse à oportunidade e à relevância desse ato. -- -----

-----O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) em resposta à nossa declaração política disse que no seu entendimento não pode resultar da não celebração de Contrato-Programa que a Oeiras Viva tenha sido prejudicada. Disse ainda que não extrai mais do que perceber que contabilisticamente é que há efeitos secundários.-----

-----O Senhor Vice-Presidente a este propósito disse também no início, que são todas as empresas municipais tratadas da mesma forma, mas fiquei na dúvida e pode ser que o Senhor Vice-Presidente consiga responder-me agora, porque é que disse, porque é que afirmou que esperava que as administrações cumprissem as orientações do Senhor Presidente. Isto quer dizer o quê? Que houve alguma orientação que não foi cumprida? É porque se não quer dizer nada disto, então não conseguimos perceber qual é que foi o objetivo dessa intervenção.-----

-----Sobre a Oeiras Viva, vamos debruçar-nos especificamente sobre o parecer cento e vinte e um que diz na sua página seis: -----

-----Piscinas Municipais: O resultado líquido envolvendo as três piscinas foi negativo, em virtude da não inscrição de montante relativo do Contrato-Programa. -----

-----Equipamentos desportivos: O resultado líquido apurado regista valores negativos. Mais uma vez, pelo facto de não terem sido inscritos os valores do Contrato-Programa. -----

-----Orçamento, página sete, o resultado antes do imposto verificado negativo, sobretudo o não contemplar do valor do subsídio à exploração que se refere o Contrato-Programa e ainda que, relativamente ao decréscimo dos rendimentos, que se verifica que há impacto devido à não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

inscrição das verbas do Contrato-Programa. Portanto, se calhar, o relatório feito e subscrito por todos, incluindo pelo Senhor Deputado António Moita (IN-OV) que diz isto, isto tem que ter um significado, não é? E fazem inclusivamente uma proposta... o Senhor Deputado António Moita (IN-OV) também assinou o relatório, fazem a proposta de “aprovação do Contrato-Programa no início de cada ano civil a que respeita para do ponto de vista financeiro dar seguimento ao seu reconhecimento produzindo efeitos imediatos na contabilidade”. -----

----- Nós estamos completamente de acordo e queremos dizer que para nós, os relatórios, aquilo que nos trazem são avaliações. E a avaliação das duas uma, ou é da Oeiras Viva, pode ser ou é da forma como o Município se relaciona com a Oeiras Viva, também pode ser. E, neste caso aqui o que nós estamos de facto, a avaliar não é a Oeiras Viva. Nós estamos a avaliar qual é que a prestação que o Município de Oeiras tem com a Oeiras Viva quando prefere assinar Contratos-Programa em setembro que depois não tem as repercussões certas, na altura certa, no momento das contas e isso é que é absolutamente chocante. E, portanto, se o Município mantém esta perspectiva de que os Contratos-Programa não têm que ser apresentados, votados e assinados no início do ano para ter efeitos ao longo do ano todo nas contas financeiras, a pergunta que temos que fazer é: qual é que é o objetivo do Município em não assinar esses Contratos-Programa no início do ano. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Senhor Deputado António Moita (IN-OV) faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente obrigado.-----

----- Duas questões foram colocadas aqui depois da intervenção que fiz e cumpre-me dizer o seguinte: -----

----- Não é, obviamente, a mim que cumpre esclarecer a razão pela qual a Oeiras Viva ou a Câmara Municipal só trazem a esta Assembleia para informação com o atraso de quatro/cinco

meses relativamente àquilo que era pensado. Mas a própria proposta de deliberação refere que houve um problema da informação prestada pelo Técnico de Contas, pelo ROC e que esse facto deu origem a este atraso, ainda assim, temos o Senhor Vice-Presidente ou temos na sala o Senhor Presidente da Oeiras Viva que, com certeza, poderão dar resposta melhor do que eu a esta questão, eu guio-me apenas por aquilo que li.-----

-----Relativamente à segunda questão que foi colocada, eu não disse aqui que não dava nenhuma importância à celebração de Contrato-Programa entre as empresas municipais e a Câmara Municipal. O que eu disse e volto a dizer, é que eu não infiro, eu não retiro da informação prestada, neste caso pela Oeiras Viva, de nenhum prejuízo relevante para o cumprimento das suas funções pela não celebração do Contrato-Programa atempadamente com a Câmara Municipal. Se me perguntam: é preferível realizar sobre celebrar um Contrato-Programa no início do ano para esse exercício? Eu digo que sim, nem outra resposta é possível.-----

-----Digo que a não celebração do Contrato-Programa provocou um dano que é irreparável à Oeiras Viva? Eu digo que pelos elementos de que disponho - não.-----

-----E, relativamente à apreciação contabilística que é feita dos resultados, mesmo dos resultados de cada centro de custo, como são os das piscinas, eu não creio, porque não li isso, que nenhuma menina ou que nenhum menino, que nenhuma senhora ou que nenhum senhor tenha verificado que a piscina deixou de ter água ou deixou de ter cloro ou que deixou de ter assistência dos monitores ou que deixou de ter um guarda para as instalações. Ou seja, todo o conjunto funções que estão atribuídas à Oeiras Viva, independentemente da não celebração de Contrato-Programa, tanto quanto me é dado ler, aconteceu. Portanto, eu só não faço é como o Partido Socialista faz, ou porque tem que encontrar qualquer coisa para se queixar daquilo que está aqui e pronto e então diz que se encontrou esta fórmula, fórmula que do meu ponto de vista, contabilisticamente reflete-se nas contas e por isso é que o resultado do exercício do primeiro semestre, não é positivo, mas é o único efeito prático que eu encontro. E se assim não for aí está o Senhor Presidente da Oeiras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Viva para aqui vir dizer o contrário e, pronto, são estas apreciações que tenho a fazer relativamente àquilo que foi dito. Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) faz favor.” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Eu, se calhar, começo por pegar nesta última intervenção e é verdade que nenhum rapaz nem nenhuma rapariga deixou de ter água na piscina por causa daquilo que se passou, mas o Relatório e Contas respeitante ao exercício em que este problema aconteceu deixou de ter lá os dados e os números que devia ter e a “bota deixou de bater com a perdigota” contabilisticamente. É irreversível? Não, não é um dano irreversível efetivamente. Mas é um dano desnecessário, se as coisas forem feitas de outra maneira, é um dano que é perfeitamente evitável. A própria proposta de deliberação, elenca isso, posso ler aqui um parágrafo extenso, provavelmente, não é preciso tenho a certeza que todos teremos lido a proposta em causa. E, portanto, eu não percebo muito sinceramente, espero que o Senhor Vice-Presidente possa esclarecer, porque é que não se acautela e não se fazem as coisas de maneira a que danos destes sejam mais evitáveis. Ainda por cima quando não se prende com algo que seja muito complicado de executar. Dará algum trabalho, eventualmente, reorganizar os tempos em que isto é feito, mas se ainda por cima do ponto de vista...mesmo, independentemente de alguns erros que tenham acontecido, se é aquilo que é mais correto fazer, não percebo porque é que não haverão de ser, porque é que não se poderá tomar as medidas necessárias para que isto passe a ser feito da maneira correta, digamos, para simplificar.

----- Nós também subscrevemos as recomendações que estão no parecer elaborado pela Comissão de Economia que pedem um controlo mais rigoroso e contínuo da evolução dos rendimentos e dos custos, para se tomarem as medidas adequadas, caso se verifiquem desvios assinaláveis relativamente aos valores previstos no cenário adverso;-----

-----Mais cuidado na elaboração dos documentos de forma a evitar situações erróneas de percepção da realidade da empresa - aqui teria dado jeito também; -----

-----Melhor especificação de algumas rubricas, e também a questão dos Contratos-Programa, como já foi referido. -----

-----Portanto, creio que são medidas que a Oeiras Viva poderá tomar, a Câmara também a não ser que haja algum impedimento que nos queiram transmitir quanto a isto, porque há aqui uma atitude que se pode ter que reduzirá a entropia, mesmo não sendo danos irreversíveis, estamos aqui com uma situação que gerou entropia para todas as partes envolvidas e que é perfeitamente evitável. Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Relativamente à apreciação desta proposta dizer que relativamente ao contrato-programa já tudo foi dito e, portanto, os vários grupos já disseram no essencial aquilo que importa para aqui. -- -----

-----Dizer que, durante o dia de amanhã será remetido para a Empresa Oeiras Viva o parecer que foi elaborado na Comissão de Economia. Eu espero que os responsáveis da empresa leiam este parecer que está muito bem feito, foi feito pela colega Sílvia Santos, do Partido Socialista, e todos nós subscrevemos. -----

-----De facto, algumas das informações que ressaltam também já foram aqui focadas, mas dizer que dizer, naturalmente, duas coisas: -----

-----A primeira: É que houve aqui um aumento exponencial com honorários e, portanto, tentar perceber da parte da Oeiras Viva o que é que se passou concretamente com este aumento e dizer também que a Oeiras Viva, assim como o PSD já disse várias vezes nesta Assembleia, é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

empresa que lida com uma série de atividades e tem uma série de pavilhões e auditórios que podem, naturalmente trazer algum conforto financeiro para a empresa.-----

----- Nós já temos aqui várias vezes dito que a questão do turismo é, a nosso ver, uma atividade que ainda se encontra muito pouco explorada. É uma atividade que poderia trazer muita competitividade à empresa.-----

----- Reconhecemos naturalmente, toda a característica social de muitos dos equipamentos e de muitas das atividades da Oeiras Viva, mas chamar a atenção para os responsáveis pela gestão desta empresa municipal que, de facto, há aqui muitas oportunidades que podem trazer alguma tranquilidade e alguma almofada financeira que nunca é demais, naturalmente, porque tudo aquilo que é municipal, é dos munícipes, todos nós participámos e, portanto, se conseguirmos que esta gestão se faça de uma forma otimizada e consiga, de facto, retirar daqui mais proveitos e uma maior competitividade é sempre bem-vindo. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
----- “Muito obrigada. Não tenho mais inscrições, resulta que iria passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----
----- “Senhora Presidente com a sua licença começava por pedir ao Senhor Presidente da Oeiras Viva que respondesse às questões que foram colocadas, que lhe dizem respeito e depois eu termino. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----
----- “Muito bem, então o Senhor Presidente da Oeiras Viva, faz favor.”-----
----- **O Senhor Doutor Rui Mourinha, Presidente do Conselho de Administração da Oeiras Viva,** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Boa tarde a todos. Na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos na pessoa também do Senhor Vice-Presidente, aqui a representar o Executivo

e o Senhor Presidente da Câmara também, cumprimento todos os presentes e quem lá em casa que nos assiste. -----

-----Tomei aqui algumas notas e vou tentar responder a todos.-----

-----A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) referiu o atraso na apresentação das contas e o facto de ser inaceitável os erros. Estou totalmente de acordo consigo, aliás, passo a explicar o que é que aconteceu, porque para mim e para nós, na Administração da Oeiras Viva é também completamente inaceitável os acontecimentos que eu irei passar a explicar. -----

-----Nós, em dois mil e vinte e dois, fizemos um concurso público, ao abrigo da lei da contratação pública para contratarmos o TOC. Existia um TOC que estava a funcionar na empresa, mas nós lançámos um procedimento público. -----

-----Enfim, coisas que acontecem, quem estava em funções, o TOC que estava a trabalhar com a Oeiras Viva não concorreu, enganou-se, houve lá uma assinatura que falhou, enfim, acabou por ser excluído por incompetência deles e ganha uma entidade que nós não conhecíamos, mas foi a que apresentou as melhores condições no âmbito da contratação que estava a decorrer. -----

-----Tínhamos as melhores referências desta entidade, inclusive o ROC, eu estou a falar do TOC, o que está a trabalhar com a Câmara Municipal e connosco e que fiscaliza também a nossa atividade conhecia esta empresa e até falámos com eles para saber quem eram, quem não eram, retirarmos todas essas referências e, portanto, a empresa que ganhou dava todas as garantias de que tínhamos ali um parceiro para trabalhar connosco. A verdade é que isso não veio a acontecer. O TOC apresentou uma série de deficiências não só na prestação das contas, mas com erros grosseiros que iam sendo ora detetados por nós, ora detetados pelo Gabinete de Auditoria da Câmara Municipal, quando nós enviámos as contas detetavam que havia ali incongruências e erros e foi um processo muito penoso, a nossa relação com este TOC durante todo este ano de dois mil e vinte e três.-----

-----Já foi demitido, saiu e nós, neste momento, estamos a trabalhar com um TOC novo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Tivemos que lançar um novo procedimento, mas a verdade é que ele tem essa responsabilidade, esta empresa tem responsabilidade de trabalhar as contas de dois mil e vinte e três. Conseguimos corrigir os documentos, mas houve este atraso. -----

----- A explicação é esta, tem a ver com a incapacidade do TOC de nos responder e quando respondia, respondia mal e, portanto, o processo foi-se atrasando. -----

----- Naquilo que concerne à Oeiras Viva, nós tentamos cumprir sempre com os prazos, esse é um trabalho que fazemos, nem sempre conseguimos é verdade, mas aqui o que aconteceu desta vez é completamente inaceitável e, portanto, concordo consigo. -----

----- A medida imediata tomada foi esta, nós rescindimos, tivemos que chegar a acordo com o senhor, rescindiu-se e, portanto, está um novo TOC a trabalhar com a empresa desde janeiro de dois mil e vinte e quatro. -----

----- Em relação à intervenção do Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), agradecer e devolver o agradecimento e a sua simpatia. Foi com enorme honra que recebemos o Partido, como receberemos todos vós que pretendam visitar a Oeiras Viva, será para nós um privilégio receber-vos na nossa casa e mostrámos o que fazemos. Isto porque, às vezes, é mais fácil mostrando o que estamos a fazer depois perceber algumas das nossas dificuldades, mas também das nossas forças, porque nós temos algumas forças. -----

----- Foi aqui referida a questão das Cinco Âncoras, não deixa de ser um orgulho para todos nós e eu falo sempre disto. Não é o facto de termos as Cinco Âncoras, porque há mais marinas com Cinco Âncoras, mas é o facto de termos uma pontuação superior, por exemplo, à Marina de Vilamoura e isto, se calhar, pouca gente sabe e a Marina de Vilamoura é a Marina de Vilamoura. Portanto, a Marina de Oeiras teve uma pontuação superior à Marina de Vilamoura e isso enche-nos de orgulho. -----

----- Temos algumas medidas, já agora, por curiosidade. Temos uma medida, por exemplo, que é muito valorizada, que é o facto de no mundo da náutica nós temos os passantes. Portanto,

todos aqueles viajantes que vem aqui visitar o Concelho e passam por aqui uma noite, duas, três e nós oferecemos pão fresco todas as manhãs às tripulações. Se a tripulação tem quatro tripulantes vamos lá deixar quatro bolinhas de pão, se são três, são três bolinhas. Isso é um carinho que nós fazemos, oferecemos, pelo facto de estarem a fazer a estadia connosco e que é muito valorizado neste mundo da náutica como sendo realmente uma coisa que é uma novidade que, entretanto, está a ser adotada por outras marinas. Este é apenas um pormenor, uma curiosidade, mas que eu gostava de deixar presente. -----

-----Em relação à intervenção do Senhor Deputado António Moita (IN-OV), que penso que, entretanto já se ausentou, nada tenho a acrescentar. Só dizer que no terceiro trimestre efetivamente já se vê um resultado positivo, porque também tivemos um grande acréscimo de atividade e isso também tem a ver com a intervenção que aqui alguém fez e peço desculpa porque não tomei nota no papel, mas que tem a ver com o aumento dos honorários, que se nota um aumento de honorários, tem a ver com isto, com o aumento da atividade.-----

-----Portanto, em dois mil e vinte e três tivemos um aumento exponencial da atividade e isso é fruto também de uma série de projetos novos. É verdade que os projetos do turismo ainda estão um pouco embrionários do ponto de vista do lado da Oeiras Viva, mas nós estamos a trabalhar com a Câmara Municipal que está muito mais desenvolvida nesta área. Estamos a colaborar no sentido de encontrar aqui formas de nos complementarmos e da Oeiras Viva assumir algumas das iniciativas e alguma das ações no âmbito do turismo. Sendo que, estamos a trabalhar com os concessionários que se encontram na Marina de Oeiras, a criar produtos novos e esta questão dos produtos tem a ver com o seguinte: -----

-----Nós temos escolas de vela, temos escolas de navegação, depois temos operadores turísticos que são as chamadas marítimo-turísticas que operam na nossa Marina. E estando nós neste ecossistema, nós criámos produtos em que temos a possibilidade de vender, a Oeiras Viva cria um negócio, o produto, que vende esse produto do concessionário que está connosco, do nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ecossistema e, portanto, nós vamos buscar um “fee” a essa venda. -----

----- Portanto, é uma coisa que estamos a lançar e estamos a trabalhar pelo turismo da Câmara de Oeiras. As visitas ao Bugio, os passeios de barco, os próprios batismos de vela que nós estamos a fazer e dou-lhes um exemplo: a Escola de Vela tem tido um crescimento exponencial. Neste momento, somos a maior escola de vela na linha entre Lisboa e Estoril, somos a maior escola de vela. No Concelho de Oeiras, é, de facto, um exemplo de excelência reconhecido pela Federação Portuguesa de Vela com quem assinámos um protocolo recentemente, mas pelo mundo da vela, toda a gente olha para a Escola de Vela de Oeiras, como sendo um exemplo e isso também, mais uma vez, nos enche de orgulho. Eu gosto de ser positivo, portanto, também vos quero deixar aqui esta mensagem positiva.-----

----- Em relação à intervenção da Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) nada mais tenho a acrescentar. Efetivamente, o facto de existir aqui um “delay”, por exemplo, na questão do contrato-programa do subsídio à exploração, depois está evidenciado nos documentos. Mas a verdade é que nós nunca tivemos rotura de tesouraria, estamos a funcionar, funcionámos bem, mas, obviamente, o que se quer é que isto não aconteça e estamos a trabalhar com a Câmara nesse sentido e penso que vamos chegar a bom porto. -----

----- A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) referiu a questão do parecer e a necessidade da sua leitura. Posso-lhe garantir que esse é um dos nossos comportamentos, é ler sempre os vossos pareceres, temo-lo feito desde o início. Aliás, todas as sugestões que nos fazem chegar desde o início, desde que esta administração tomou posse, nós tentamos incorporar todas as sugestões de melhoria, há sempre muito espaço para melhorar e é isso que nós queremos fazer. E, portanto, estes pareceres e estes documentos escritos são para nós muito importantes, porque são um referencial para nos ajudar a melhorar e é isso que iremos fazer mais uma vez.-----

----- Cá está a questão dos honorários, foi a Senhora Deputada que falou. Portanto, o aumento dos honorários tem a ver com isto, com o aumento da atividade e com a geração de novos

produtos que, entretanto, também estamos a criar. -----

-----E pronto, penso que é tudo. Senhor Vice-Presidente, Senhora Presidente penso que é tudo.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Bem isto são os dois pontos para apreciação, não há votação, mas pergunto se... o Senhor Deputado Jorge Rato (PS) pediu para se inscrever, faz favor, depois termina.” -----

-----**O Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte informação:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu queria, naturalmente, agradecer os esclarecimentos que o Senhor Presidente da Oeiras Viva fez e, no fundo, constatar que fê-lo muito bem e veio, no fundo, confirmar aquilo que foi dito por todos os movimentos e partidos desta Assembleia e mais que não fosse, chamaria até à colação que os textos da proposta cento e vinte e um e cento e vinte e dois que a Senhora Deputada Alexandra Moura (PS) há bocado citou, mas que têm mais situações de exemplos idênticos, tendo sido subscritas pelo Senhor Presidente da Câmara vem também confirmar que o Senhor Presidente, no fundo, no fundo, no fundo também concorda que esperar por setembro para fazer contratos-programa com a Oeiras Viva é, de facto, muito mal do ponto de vista da gestão. Muito obrigado.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Encerrámos as inscrições e vou passar a palavra, o Senhor Vice-Presidente para encerrar estes pontos.” -----

-----**O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Só para esclarecer uma questão que foi levantada pela Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) que questionou se havia algum problema com alguma administração. Não.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Eu falei em teoria, porque Senhora Deputada..., mas são verdes.-----

----- Alguém falou de um possível “parti pris” e que eu referi é que não há “parti pris” nenhuns. As empresas municipais como referi ou são totalmente ou substancialmente detidas pelo Município. O Município tem liderança que é o Presidente da Câmara e o Executivo Municipal. O preço político pago por alguma deficiência na ação das empresas municipais é pago pelo Município, pelo Executivo Municipal, como tal, nunca há “parti pris” nenhuns. As empresas municipais... e em Oeiras, a coisa é relativamente simples, há patrão. O patrão é o Presidente da Câmara, que é o líder do Município. Era só isso Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente.”-----

----- **APRECIADAS**-----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 201/2024 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à 4.ª Alteração Modificativa (4.ª Revisão) às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) referente ao Orçamento Plurianual (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Pergunto quem pretende usar da palavra sobre este ponto? Não há inscrições. O Senhor Vice-Presidente tem alguma coisa a dizer? Nada. Vou pôr à votação.”-----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes com trinta e um votos a favor, sendo doze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo

Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Acácio Silva de Oliveira), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Maria Teresa de Vasconcelos e Sá Pereira), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 43/2024** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 201/2024 – DPOC – 4.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA (4.ª REVISÃO) ÀS GOP (PPI E AMR) REFERENTE AO ORÇAMENTO PLURIANUAL**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e um barra dois mil e vinte e quatro, a que se refere a deliberação número sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em treze de março, e deliberou por unanimidade dos presentes com trinta e um votos a favor, sendo doze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a quarta Alteração Modificativa (quarta Revisão) às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) referente ao orçamento plurianual, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 203/2024 – DMOTDU/DPERU/DRU – relativa ao Proc.º 48/2001 – Operação de Loteamento do Artigo 24.º – Editerra, Casal da Choca (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Alguns dos senhores pretende usar da palavra sobre este ponto? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) e Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU).” -----

----- A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente.-----

----- Hoje apreciamos e votamos uma Proposta relativa à Operação de Loteamento no local “Lameira” no Casal da Choca em Porto Salvo.-----

----- A Proposta começa por nos fazer um enquadramento histórico deste processo e das

pretensões do promotor desde dois mil e sete, com aprovação do loteamento que não avançou na altura por dificuldades do tempo da troika, seguindo-se de uma atualização e pedido de informação previa em dois mil e vinte que foi depois aprovado, mas que ficou condicionado, entre outros, à recolha de pareceres prévios da Agência Portuguesa do Ambiente; da ANACOM, CCDR, etc. Finalmente em dois mil e vinte e um foi deliberado pelo Executivo Municipal, a aprovação do Loteamento e a isenção da compensação devida correspondente à não apresentação da área de cedências para equipamentos de utilização coletiva e, também, das taxas referentes à emissão do Alvará de Loteamento. O requerente, pediu ainda a introdução de mais um piso num dos edifícios, para rentabilizar o investimento. O pedido teve despacho favorável do Senhor Presidente da Câmara em dezembro de dois mil e vinte e três e depois em sequência foi a reunião de Câmara o pedido de aprovação da Operação de Loteamento para três edifícios de nove andares com quarenta e oito fogos de habitação e agora finalmente à Assembleia Municipal o pedido de redução da compensação devida correspondente à não apresentação então da área de cedências de equipamentos. -----

-----Assim, começo por, desde já, colocar as questões que já foram inclusive também colocadas na reunião de Câmara, mas que não respondidas. Será esta a mesma questão que já coloquei na semana passada e que motivou até a retirada de uma proposta, que é Senhor Vice-Presidente: Temos uma proposta que nos pede a redução de um valor, qual é a isenção que estamos a conceder? Qual é o valor. Continuam a chegar a esta Assembleia pedidos de isenção ou redução de taxas e valores e continua a ser pedido aos deputados, proposta atrás de proposta, que votem sem conhecerem os valores envolvidos. Sem que lhes seja apresentada uma tabela ou uma conta.

-----Neste caso indica-se que é uma redução de cinquenta por cento da compensação porque o promotor vai reforçar a estrutura de uma ponte que permite depois o acesso ao próprio loteamento! Parece-me óbvio que também ele é interessado na sua construção! Indica-se que é uma obra muito dispendiosa, mas na proposta, nem o requerente nem a Câmara referem o custo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dessas obras "bastante dispendiosas". E assim questiono: -----

----- Número um: Como é que os deputados sabem então se esta redução é ou não compensadora? -----

----- Segunda pergunta: Qual é o valor das intervenções para além dos limites de loteamento que permitem pedir uma redução de cinquenta por cento da compensação. -----

----- Ou esclarecem isto ou já devia ser suficientemente motivador da retirada da proposta mais uma vez para que fossem adicionados os elementos em falta. -----

----- Depois também perguntar porque razão foi aprovada em dois mil e vinte e um na deliberação oitocentos e oitenta e nove a isenção do pagamento das taxas referentes à emissão do Alvará de Loteamento sem que a isenção de taxas tivesse passado aqui e sido submetida a esta Assembleia que tem essa competência. -----

----- Por fim, a estrada para norte é construída já ou fica para depois porque pelos desenhos deste loteamento parece-nos que loteamento irá abrir sem essa estrada. -----

----- Ainda relativamente à Avaliação de Impacte Ambiental temos no anexo cinco uma informação de que o projeto de loteamento não está sujeito à Avaliação de Impacto Ambiental, quer no caso "Geral" quer no caso das "Áreas Sensíveis" no entanto em anexo também nos são fornecidos alguns dos pareceres emitidos no decorrer deste processo, nomeadamente pela a APA e pela CCDR. E nesses pareceres verificamos que a APA por exemplo, emite um parecer favorável mas com condições: indicando numa delas precisamente e passo a citar "a utilização está sujeita a avaliação de impacte ambiental, além de que refere que a validade da informação prévia é de um ano" o que já terá passado. Ainda nos referem os cuidados a ter por causa de uma cheia centenária que afeta esta zona e o mesmo também refere a CCDR. A CCDR que também pede mais elementos, nomeadamente a demonstração, de que o projeto da intervenção minimiza a ocupação de área de REN e as operações de aterro e escavação entre outras. Portanto, das duas uma, ou não temos os documentos de pareceres mais recentes para este loteamento ou há aqui discordância

sobre o que é necessário ao processo. A Proposta é também omissa quando à explicação para estas diferenças.-----

-----Face ao exposto solicitamos nesta Assembleia a retirada da proposta para que venha com as devidas informações e que seja corretamente submetida à próxima reunião com a informação em falta.-----

-----A não ser retirada votaremos contra, porque além de tudo o que já referi consideramos que a redução das compensações devidas à não apresentação da área de cedências para equipamento não pode ser aprovada com base na construção de uma via automóvel que é condição base para o próprio acesso ao empreendimento. Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Nós, habitualmente discutimos isenções de taxas para eventos culturais e eventos desportivos, enfim, um conjunto de iniciativas que são diferentes desta. Mas hoje estamos a discutir a isenção de taxas relativamente a um loteamento, a uma parte do pagamento das taxas de um loteamento.-----

-----Para sermos completamente coerentes com aquilo que têm sido as nossas posições, nós diríamos que a taxa deveria ser cobrada e a Câmara poderia fazer com esse valor o investimento na ligação, neste caso, a tal ponte sobre a ribeira que permite a ligação do loteamento à via pública.-----

-----Mas, também percebemos que uma coisa é um princípio, outra coisa é a realidade e circunstâncias concretas de cada caso. Neste caso concreto, percebe-se a vantagem em que esta infraestrutura seja feita em simultâneo e de forma muito articulada com aquilo que são as obras de urbanização do próprio loteamento e, portanto, é natural e é justificável que a Câmara possa, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fundo, delegar no urbanizador esta competência transferindo para ele este custo. -----

----- Neste quadro, nós não temos problema em aceitar esta isenção de taxa devidamente justificada com uma ressalva. Efetivamente, há um cálculo da taxa devida e sabemos que estas taxas são calculadas à décima ou à centésima, de acordo com o Regulamento de Taxas do Município, mas o mesmo não é feito relativamente ao tal valor da obra que justifica a redução em cinquenta por cento. Ou seja, esta ausência de informação pode colocar uma questão sobre efetivamente se estamos a isentar o valor justo? O valor adequado? Estamos a isentar acima? Estamos a isentar abaixo? Se, por um lado, a taxa é muito bem calculada porque o Regulamento assim o determina, também é possível fazer uma estimativa mesmo que aproximada do valor de uma obra e, portanto, permitir que os deputados tenham esse fator de ponderação. Diria que mais do que esta proposta em concreto, se calhar, é uma prática que para o futuro também seria importante considerar. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Deputada Maria Teresa Sá Pereira (PS) faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Maria Teresa Sá Pereira (PS)** fez a seguinte intervenção:----

----- “Muito obrigada. Cumprimento a Senhora Presidente, o Senhor Vice-Presidente, Executivo, Senhores Deputados e todos os presentes. -----

----- Da análise feita à presente proposta duzentos e três, subordinada à Operação de Loteamento, solicitada pela Editerra, no Bairro do Casal da Choca em Porto Salvo, salientam-se as seguintes situações:-----

----- - Aquando da aprovação do Pedido de Informação Prévia (PIP), Informação número sete mil novecentos e oitenta e oito de dois mil e vinte e a Proposta de Deliberação quinhentos e dezasseis de dois mil e vinte, aprovada em oito de julho de dois mil e vinte, é referido que o lote um tem sete pisos, acima da cota de soleira e os lotes dois e três têm quatro pisos acima daquela cota, como com certeza Vossas Excelências tomaram conhecimento ao analisarem este processo,

como nós o fizemos.-----

-----Posteriormente, na Proposta de deliberação oitocentos e oitenta e nove, já em dois mil e vinte e um, é mantida a mesma volumetria. Nesta fase, e chamo a vossa particular atenção para este facto, já existem no processo os pareceres solicitados às entidades externas. Voltaremos a este ponto, mais adiante. -----

-----Ora, no seguimento da aprovação desta proposta, o requerente vem solicitar uma alteração de volumetria. E a partir desta data todos os documentos, nomeadamente a Memória Descritiva constante do anexo oito, a planta síntese do anexo dez, a informação oito mil novecentos e cinquenta e um de dois mil e vinte e três do anexo cinco, passam a referir que o lote um tem nove pisos acima da cota de soleira, relembro que tinha sete, embora o pedido seja somente para ter mais um piso em relação à proposta anterior. -----

-----O pedido obteve despacho favorável do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras datado de vinte e dois do doze de dois mil e vinte e três. -----

-----Face a esta discrepância, gostaríamos de ouvir a explicação que clarifique os dados apontados.- -----

-----Retomemos agora os pareceres das entidades externas para notar que foram emitidas sobre o projeto anterior. Igualmente, solicitamos esclarecimentos sobre a necessidade legal, ou não, de submeter esta alteração do projeto à análise das referidas entidades externas.-----

-----E voltemos aos pareceres, em particular aos da APA da CCDR-LVT.-----

-----A APA dá, em dezoito do onze de dois mil e vinte, parecer favorável condicionado. Em convergência com as condicionantes estabelecidas e na prossecução de objetivos de sustentabilidade, recomenda-se que nesta operação de loteamento sejam exigidos um Plano de Gestão Ambiental e um Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição que não vimos exigidos em nenhum lado, nem apresentados. -----

-----Por sua vez, a CCDR, em dez do onze de dois mil e vinte, solicita elementos essenciais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para a análise e informa que o procedimento se encontra suspenso até à receção dos elementos atrás enunciados. -----

----- Não está disponível qualquer outra comunicação da CCDR-LVT. -----

----- Em toda a documentação anexa, informações e propostas de deliberação, é omissa esta suspensão e a falta de um parecer favorável. Todavia transcrevendo do ponto número três ponto cinco da informação oito mil novecentos e cinquenta e um de dois mil e três, lê-se:” A realização de obras ou atividades dentro da área de jurisdição fica sujeita a autorização da administração da CCDR-LVT, e a parecer prévio vinculativo”, isto está escrito na informação da Câmara. -----

----- E esta sujeição reporta-se à construção de uma travessia sobre a Ribeira da Ancha, isto é, em Domínio Público Hídrico. Portanto, temos um parecer que foi suspenso e uma informação da Câmara a dizer que ele é necessário e vinculativo. Construção, esta, que por sua vez, justifica a isenção da compensação devida correspondente à não apresentação da área de cedências para equipamento de utilização prévia e das taxas referentes à emissão do Alvará de Loteamento. Solicita-se, assim, um esclarecimento cabal, sobre a situação supra relatada de não existência de parecer favorável da CCDR-LVT. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Não sei se o Senhor Vice-Presidente quer fazer algum esclarecimento. Pretende usar da palavra? Bem, vamos então passar à votação. Quer usar da palavra? Quem? Não estava a perceber. Portanto, o Senhor vai usar da palavra, faz favor.”-----

----- **O Senhor Arquiteto António Abreu, Chefe de Divisão, DRU,** disse o seguinte: ----

----- “Muito boa tarde a todos os presentes, eu vou tentar responder a algumas das questões que foram aqui colocadas. -----

----- Antes de mais, fazer aqui um pequeno enquadramento: esta operação de loteamento incide numa vasta área de quase um hectare, são oito mil e setecentos metros quadrados. É numa zona com uma forte densidade construtiva, quer do lado do Casal da Choca, quer do lado do Bairro

Auto Construção, aliás, principalmente o Bairro Auto Construção há uma densidade muito grande e houve a intenção ao viabilizar esta operação de loteamento, em criar ali algum desafogo, nomeadamente em termos de espaços verdes e de criar, nomeadamente ao nível do rés do chão, um piso vazado que permitisse uma maior visibilidade e uma zona mais ampla. -----

-----Em termos de áreas, temos a área de intervenção que são oito mil e setecentos metros quadrados em números arredondados e as cedências para espaços verdes ascendem a quatro mil e trezentos metros quadrados e estes números traduzem um pouco esta intenção que foi feita, que foi imprimida nesta operação de loteamento. -----

-----Evidentemente que, para a viabilização desta operação de loteamento é necessário fazer um acesso por cima da Ribeira da Ancha, ao qual nós pedimos parecer à APA e evidentemente que o grande interessado nesta travessia é o promotor. Em primeira instância é o promotor. -- -----

-----Evidentemente que, há intenção dos estudos que estão a ser feitos no Bairro do Casal da Choca para a regeneração do bairro criar um acesso que permita um novo acesso ao bairro que permita a ligação da entrada do bairro à Rua São Luís Gonzaga, mais acima. Ou seja, este acesso permite não só o acesso a este novo empreendimento, permite também o acesso às casas que já lá existem atualmente e irá permitir no futuro fazer esta ligação que é estrutural e é muito importante para a rede viária do bairro. -----

-----Em relação às áreas de cedência. As áreas de cedência estão contabilizadas em termos da legislação. Há, de facto, obrigação do promotor fazer uma área de cedência a nível de equipamento e há a necessidade de fazer uma cedência ao nível das áreas verdes. A nível das áreas verdes, essa cedência é largamente excedida, só a título de referência, o que é obrigatório numa operação deste tipo de loteamento, o promotor deveria ceder cerca de mil e trezentos metros quadrados e cede quatro mil e trezentos metros quadrados. Portanto, neste campo ele excede largamente aquilo que é previsto na legislação e permite esse tal desafogo que houve intenção de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

imprimir nesta zona de ter ali um pequeno pulmão verde que, de facto, não existe ali naquela zona.

----- A nível do equipamento não é cedida área para equipamento. O nosso RPATOR prevê que essa não cedência possa ser... aliás, a legislação permite que essa não cedência possa ser compensada em termos de um pagamento e o nosso RPATOR permite que essa não cedência seja reduzida a cinquenta por cento. Foi a leitura da equipa que teve a avaliar e a apreciar este processo que considerou que face às cedências para espaços verdes que foram feitas e face ao carácter destes acessos que não são acessos exclusivos ao promotor mas vão ser acessos a toda a zona do Casal da Choca, achou que faria sentido que houvesse essa redução de cinquenta por cento quer no trio quer ao nível do pagamento pela não cedência de equipamentos. Não sei se têm mais alguma questão?" - -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Não sei se têm mais alguma questão para colocar.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Eu quero dizer uma ou duas coisas.-----

----- Naturalmente que também o Executivo Municipal não fica muito confortável com a falta de informação, a respeito quer do valor das taxas, quer do valor da provisão da obra. Ainda que a obra seja importante, nós sabemos que é cara, mas devia ter lá a estimativa para informação aos senhores deputados. Portanto, da parte do Executivo Municipal, nós podemos retirar a proposta, suspender e voltar com a informação necessária porque não há urgência. Se é uma questão de informação e de complementar a informação disponível para a Assembleia Municipal da nossa parte não há problema nenhum, nós não estamos a operar um cérebro, é aprovar uma operação de loteamento.” -----

----- O **Senhor Arquitecto António Abreu, Chefe de Divisão, DRU**, disse o seguinte: ----

----- “Só mais uma questão. Em termos de infraestruturas, quer viárias, quer de arruamentos, o valor que o promotor apresenta de custo é de seiscentos e cinquenta mil euros. É o

valor que ele apresenta, naturalmente.”-----

-----A **Deputada Maria Teresa Sá Pereira (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Realmente não vi nenhuma das minhas questões respondidas. Pus várias questões, não vi nenhuma respondida. Concordamos que realmente a proposta seja retirada, mas para nós é absolutamente essencial que haja o parecer da CCDR e a própria Câmara diz que é vinculativo. Ora o parecer foi suspenso e esse parecer tem a ver exatamente com a travessia da Ribeira que é do domínio público hídrico, que é o que está em causa na compensação. Portanto, eu nem sequer discuto a compensação, mas tem que ter um parecer da CCDR, a própria Câmara o diz na sua informação oito mil novecentos e cinquenta e um. Portanto, a voltar a esta Assembleia deverá vir com o parecer da CCDR, seja ele qual for. Isto porque desconhecemos se relativamente à primeira informação da CCDR, o promotor deu a informação ou não deu. Há uma resposta ou não há? É que é necessário o parecer, porque senão eu não sei se nós estamos aqui numa situação mesmo de ilegalidade. Obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Vice-Presidente faz favor.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Naturalmente, nós estamos muito confortáveis com isto. Só virá depois de se esclarecer essas questões. Se há questões esclarecem-se. Não há aqui a questão de concordar ou de não concordar. Com toda a bonomia.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Então retira?”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

-----“Evidente e volto a dizer que não estamos numa situação de emergência.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Não. Eu só quero que diga: A Câmara retira a proposta.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Pronto, é melhor falar ao microfone e dizer.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte:**-----

----- “Senhora Presidente, falando como um célebre ministro:-----

----- A ... Câmara... propõe... retirar ou retira a proposta para esclarecimento de todas as questões provenientes.-----

----- Não há nenhuma urgência nestas matérias.”-----

----- **RETIRADA**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Muito bem, muito obrigada.-----

----- Chegamos... não, não se levantem, porque chegámos ao fim da Ordem de Trabalhos, mas eu tenho duas inscrições de duas pessoas, portanto, como público e não vejo na sala, mas tenho o Senhor António Avelino Ferreira Morgado, que já se deve ter ido embora e tenho a Senhora Patrícia Alexandra Costa Monteiro que também não está.”-----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- Não houve intervenção do público.-----

6. A Senhora Presidente da A.M. conclui dizendo o seguinte:-----

----- “Então damos por encerrada esta nossa reunião.-----

----- Uma boa noite para todos e até à próxima semana se Deus quiser.”-----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e cinquenta minutos.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente,-----



-----O Primeiro Secretário,-----



-----A Segunda Secretária,-----

